

SOCIOLOGIA

M

1999

CLEMENTE GOMES MESQUITA DENIGNO

BH/UFC

A Reforma da Previdência em debate: Um resgate da visão
dos aposentados

*MONOGRAFIA REALIZADA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO
DE CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS, MINISTRADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROF.^a ALBA PINHO DE
CARVALHO.*

SOCIOLOGIA

A-029

FORTALEZA - CE

1999

BH/UFC

Esta monografia constitui parte dos requisitos necessários à obtenção da graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

CLEMENTE GOMES MESQUITA BENIGNO

APROVADA EM : ____ / ____ /2000

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

BH/UFC

São muitas as pessoas que me ajudaram e incentivaram na realização deste trabalho, por isso, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que minha tarefa chegasse a bom termo.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pai supremo que acima de tudo deu-me vida e saúde;

Um agradecimento especial à prof^a Dr^a Alba Pinho de Carvalho cuja orientação sábia e decidida permitiu a realização desta tarefa;

A todo o corpo docente da Universidade Federal do Ceará que abrihantou minha vida acadêmica, de forma especial à Prof^a Dr^a Simone Simões cuja competência e alegria me ajudaram e despertaram para a importância de meu tema de estudo;

Agradeço a meus pais: Raimundo Mesquita e Isabel Leilá, a ele, pelo exemplo de força e determinação na busca de realização dos sonhos e objetivos, a ela pelo amor e carinho, indispensáveis para alimentar meu ânimo, às vezes, abatido pelas dificuldades;

Agradeço, também, à minha esposa: Francisca de Freitas, companheira de todas as horas, cuja compreensão e generosidade alimentaram meu trabalho;

Aos meus filhos: Tiago e Gabriela pela alegria e carinho que animam minha vida;

BH/UFC

Aos meus irmãos, especialmente à irmã Liduína Benigno Xavier ,
que contribuiu para tornar menos árduo, este trabalho e a todos os
familiares, fonte de todo amor e respeito;

Aos colegas de trabalho, em especial Damiana Cardoso –sempre
prestativa - e Rocilda pela ajuda tão valiosa.

RESUMO

BH/UFC

O trabalho aqui apresentado tem como principal objetivo discutir a atual situação dos aposentados do setor público no Estado do Ceará, buscando delimitar a sua percepção diante do quadro atual e das perspectivas de mudanças advindas com a Reforma Previdenciária. No sentido de fundamentar o estudo, estabelecemos um confronto entre o discurso oficial e o discurso dos sindicalistas.

O referencial teórico utilizado para orientar essa discussão baseou-se em autores como: Maria Lúcia Lopes da Silva, José Prata de Araújo, José Pimentel, Reinhold Stephanes, entre outros.

Foi realizada pesquisa de campo na cidade de Fortaleza, tendo como sujeitos os aposentados do serviço público federal, no sentido de resgatar sua visão sobre a realidade em que vivem e a questão da Reforma da Previdência.

SUMÁRIO

BH/UFC

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL:

- 1.1. PANORÂMICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO MUNDIAL..... 11

- 1.2. PERCURSO HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL..... 18

- 1.3. DILEMAS E QUESTÕES CHAVES NA HISTÓRIA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA..... 24

CAPÍTULO 2

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA : QUESTÃO CENTRAL NA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO:

2.1. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.....	31
2.2. DISCURSO OFICIAL DOS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	36
2.3. A PREVIDÊNCIA, A CRISE FISCAL E O NEOLIBERALISMO.....	43
2.4. DISCURSO SINDICAL ACERCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: CRÍTICAS E SUGESTÕES.....	49

CAPÍTULO 3

A APOSENTADORIA NO ATUAL CONTEXTO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA:.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
ANEXOS.....	82
BIBLIOGRAFIA.....	134

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão previdenciária no tocante à situação dos aposentados do serviço público no Estado do Ceará e realizou-se em dois momentos : inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre a história da Previdência Social no Brasil, depois, realizamos um trabalho de campo, para uma escuta dos aposentados quanto às modificações ocorridas no Sistema Previdenciário e a sua própria realidade de vida.

Optamos por uma metodologia qualitativa, utilizando como instrumental básico as entrevistas. O questionário foi utilizado como instrumento complementar de coleta de dados para obtenção da visão dos aposentados sobre O Sistema de Previdência.

Os resultados obtidos passaram por um tratamento estatístico e foram trabalhados no sentido de reforçar as posições firmadas pelos entrevistados. Por ser um instrumento mais capaz de espelhar o aspecto dinâmico de tema em estudo foram utilizadas entrevistas, por proporcionarem uma discussão dos resultados que valoriza mais os aspectos vivenciais dos sujeitos.

Assim, foram realizadas dez entrevistas que nortearam a discussão em torno das repercussões das mudanças do Sistema Previdenciário, na qualidade de vida dos aposentados. Como instrumento complementar foram utilizados, também, questionários como forma de clarificar e objetivar dados importantes para esta pesquisa.

Tal procedimento proporcionou uma visão mais crítica em relação ao problema, procedimentos e visão de pesquisa. Chegamos à conclusão que os questionários forneciam uma visão estática que não propiciava uma discussão dos resultados do ponto de vista qualitativo, como era meu objetivo, assim, a análise, aqui efetuada, tem como baliza principal o apanhado das entrevistas e lança mão dos questionário como apoio.

Em 1997, como aluno da disciplina Teoria Antropológica, sob a orientação da Prof. Simone Simões realizamos um trabalho de pesquisa que tinha como tema a situação dos aposentados no Ceará, para tanto, foram construídas histórias de vida a partir do discurso de aposentados do serviço público no Estado do Ceará. ~~Mencionamos tal trabalho, pela~~ proximidade da temática com o tema do estudo que ora realizamos, tal fato não é coincidência, este assunto tem sido foco de meu interesse desde que ingressei no serviço público como empregado do Sistema Previdenciário.

Como aluno do Curso de Ciências Sociais tenho procurado manter esse assunto como núcleo de minha atenção, por considerá-lo relevante, pelo momento que passamos neste ,final de século, notadamente, com a crise das instituições de proteção ao trabalhador.

O esforço de colher e elaborar as informações e os dados explicitados neste trabalho visam enriquecer as discussões sobre a qualidade de vida dos aposentados do setor público no Estado do Ceará, favorecendo uma reflexão mais balizada no ponto de vista dos sujeitos sociais verdadeiramente implicados na questão da Reforma Previdenciária: os aposentados.

CAPÍTULO 1 – A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Previdência Social é constituída e se baseia num direito, que o cidadão detém e lhe é outorgado, em virtude da proteção que a sociedade é obrigada a realizar.

Segundo Maria Lúcia Lopes da Silva, a Previdência Social no Brasil, como a conhecemos hoje, formou-se a partir de vários movimentos da sociedade. A sua gênese no mundo relaciona-se com o advento do capitalismo que gerou uma maior necessidade de proteção social. No Brasil foram vários processos de lutas dos trabalhadores e medidas governamentais que consolidaram o sistema previdenciário.

“Naqueles momentos, como em outros cruciais da história, surgiram pressões por parte dos segmentos da sociedade afetados por essas desigualdades e injustiças. Pressões desenvolvidas principalmente pelos trabalhadores, imersos ou sensíveis aos problemas sociais, através de suas organizações, sindicatos, partidos políticos, etc.” (Silva: 1995, 27)

Para Jorge Lorenzetti, o tema da Previdência Social, além da sua relevância para os trabalhadores e da sua atualidade no Brasil, remete-nos para o debate das questões de fundo, que estão na agenda nesse final de século e limiar do terceiro milênio: Qual o sentido das mudanças que estão acontecendo na sociedade? Qual o papel do Estado nessa sociedade? Qual o futuro para os trabalhadores e excluídos?

1.1 PANORÂMICA PREVIDENCIÁRIA NO CONTEXTO MUNDIAL

O estado analítico da Previdência Social só pode ser realizado na medida em que seja compreendido o conjunto de políticas no contexto sócio-econômico em que foram surgindo.

Em seu trabalho, "Previdência Social: um direito conquistado", Silva mostra-nos que a Previdência Social é um direito conquistado, tanto mundialmente, como também, numa panorâmica previdenciária brasileira. Segundo Silva:

“A previdência nasce e se desenvolve no mundo como resposta a um estado de *necessidade social caracterizado pelas desigualdades e injustiças oriundas, principalmente, da expansão do capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX, das primeira e segunda guerras mundiais, e da crise do capitalismo em 1929.”
(Silva: 1995, 27).

A Previdência Social, tanto em países desenvolvidos, como em países subdesenvolvidos, não deixa de se caracterizar em um direito de proteção social a uma classe trabalhadora e seus dependentes. No entanto, podemos ver que a situação previdenciária brasileira tem suas especificidades decorrentes de sua situação de país subdesenvolvido. O sistema previdenciário nos países desenvolvidos tem outro direcionamento, porém, as reivindicações estão sempre direcionadas às soluções de questões relacionadas às desigualdades e injustiças. É como Silva frisa:

“Nesse contexto, a Previdência Social surge como uma resposta para minimizar os danos decorrentes dessa realidade desigual e injusta. Aos poucos, torna-se uma política social de suma importância para os trabalhadores. Como tal, um precioso mecanismo de garantia de renda e compensação diante do estado de empobrecimento e desamparo ao qual o capitalismo submete a maioria dos seres humanos”. (Silva: 1995, 27).

No Brasil, o processo de industrialização e urbanização aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, o desemprego, a fome, a miséria, a má distribuição de renda, etc. Toda essa situação veio a provocar um aumento da capacidade de pressão social dos trabalhadores, através do aperfeiçoamento de seus instrumentos de luta, como as organizações sindicais, e alguns partidos políticos que se interessam pelas causas dos trabalhadores.

A questão previdenciária brasileira também vem enfrentar inúmeros problemas de ordem política, econômica e principalmente social. Tudo isso conseqüência do desenvolvimento do capitalismo e das grandes crises sociais vividas mundialmente.

No trabalho “A política social do Estado capitalista”, Vicente de Paula Faleiros mostra-nos que a problemática da política social ocupa uma importância fundamental na etapa do capitalismo monopolista do Estado. Essa estratégia vem do papel que o Estado exerce para proteger,

financiar e suportar o capitalismo nomopolista, tanto nos países hegemônicos, como nos países dependentes.

Analisando a literatura da previdência social brasileira, constata-se, com frequência, a apresentação de quadros descritivos da evolução das medidas de seguro social no âmbito do capitalismo. É como Faleiros frisa:

“Foi com o aumento e desenvolvimento da industrialização capitalista que se implantaram medidas de seguro social como garantia contra os riscos de invalidez, da velhice, das doenças, das demissões, da indigência e dos acidentes de trabalho.

A implantação e a organização dessas garantias, colocam-se no quadro de desenvolvimento global do capitalismo e nos quadros específicos de cada formação social numa determinada conjuntura.” (Faleiros: 1995, 77).

Para Faleiros, na conjuntura específica de cada país, percebe-se, muitas vezes, que os interesses de certos trabalhadores podem estar em contradição com os interesses, a curto prazo, de outros trabalhadores, quanto à questão dos seguros sociais. Ele reconhece que além das crises econômicas, que podem provocar efeitos particularmente fortes, é necessário considerar o desenvolvimento global do capitalismo e os fatores políticos e ideológicos, na explicação do processo de elaboração dos seguros sociais.

"Parece-nos importante, no estudo da Previdência Social, distinguir e unir os aspectos gerais e estruturais do desenvolvimento do capitalismo, com os aspectos particulares do capitalismo, com os aspectos particulares de cada conjuntura específica de cada país, considerando a situação econômica, política e ideológica.

Em nível geral, as políticas sociais e, sobretudo, a Previdência Social, concretizam uma política de mão-de-obra, e por esta mesma razão, se situam no âmago da contradição capital trabalho." (Faleiros: 1995, 27).

Reinhold Stepanes, em seu trabalho, "Reforma da Previdência sem Segredos", procura mostrar não apenas os complexos problemas da Previdência Social no Brasil, como também esclarecer que fazer reformas e ajustes são fatos normais e, ao mesmo tempo, importantes para a maioria dos países.

"Ao longo de mais de um século de Previdência Social no mundo – desde o pioneiro modelo alemão, proposto pelo chanceler Otto Von Bismarck, em 1883 têm sido definidos doutrinas, princípios e fundamentos que permitiram construir bons sistemas providenciários. Mas nem todos os países, inclusive o Brasil, observaram esses conceitos.

Na América do Sul, apesar de a implantação dos sistemas de Previdência Social ter ocorrido em momentos distintos, seus erros e vícios são muito semelhantes. De forma geral, os sistemas surgiram a partir de demandas corporativas, com cobertura limitada, embora com a contribuição da sociedade, direta ou indiretamente." (Stephanes: 1998,4).

Stephanes mostra-nos que a muito tempo existem modelos previdenciários que viabilizam a construção de bons sistemas previdenciários, o que acontece é que muito países não procuram copiá-los. Nos sistemas latino-americanos eram frequentes as práticas patrimonialistas, clientelistas e assistencialistas onde se caracterizavam como constantes, hábitos que só trariam prejuízo ao sistema previdenciário.

1.2 PERCURSO HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Numa sociedade extremamente desigual como a brasileira, é indispensável uma constante luta pelos direitos de cidadania, principalmente àqueles que se relacionam à proteção social. A luta é de fundamental importância para que as conquistas venham surgindo, ao longo de uma história de antagonismos, de interesses e de dominação.

Ao longo dos anos, vemos tornar-se crescente a busca por uma proteção social mais justa. A implantação do sistema previdenciário, surge, a partir de demandas corporativas que têm a participação da sociedade, direta ou indiretamente.

Em busca de conquista, vários setores da sociedade procuram saídas para enfrentar os problemas surgidos, na busca de uma melhor vida social. Neste sentido, destaca Silva:

“Economistas, estudiosos, membros das igrejas procuravam, então, alternativas para atenuar os problemas sociais da época, sobretudo os relacionados à questão do trabalho, ou seja, à produção da vida social assentada no trabalho assalariado. Mas a insatisfação crescia e as pressões surgiram, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha”.
(Silva: 1995, 28).

A proteção social origina-se e expande-se na maioria dos países do mundo, sob forma de legislação previdenciária e trabalhista.

Historicamente, a Previdência Social no Brasil tem passado por profundas modificações, desde a sua origem, e também apresentado problemas estruturais de longo alcance para uma imensa massa de trabalhadores brasileiros que dela dependem para sua sobrevivência, após uma vida inteira de trabalho.

No trabalho de Maria Lúcia Lopes da Silva vamos encontrar um estudo detalhado sobre a Previdência Social no Brasil, que nos vai mostrar a origem e a evolução histórica da Previdência Social no Brasil. Para ela, a organização previdenciária no Brasil aconteceu de maneira lenta, tendo as primeiras iniciativas ocorrido desde o final do século passado.

Na Alemanha, aconteceu o primeiro passo jurídico de garantia da proteção social com a aprovação da lei do Seguro Doença (1883), e, em seguida a lei do Seguro Acidente (1884), e a lei do Seguro de Invalidez e Velhice (1889).

No Brasil, as conquistas previdenciárias vinham acontecendo, passo a passo. O que tornou-se de fundamental importância para o surgimento de conquistas, na Previdência Social, foi a formação e organização de sindicatos livres e independentes que proporcionaram um fortalecimento, na luta por uma legislação trabalhista e previdenciária, desencadeando em diferentes momentos, fatos marcantes, como as greves de 1905, 1917 e 1919.

No estudo da história da Previdência Social no Brasil, cabe destacar a vinculação orgânica de momentos chaves do percurso previdenciário com importantes acontecimentos e fatos históricos do Brasil. Ressalta Silva:

“ No período da República Velha (1889-1930), onde predominou o modelo econômico agro-exportador, baseado na monocultura do café e na dependência do capital internacional, a questão social no âmbito do Estado desenvolveu-se de forma dispersa e pontual, sem

a existência de um sistema nacional de intervenção política definido e estruturado. A proteção social era conquistada pelas categorias profissionais mais organizadas politicamente e importantes do ponto de vista econômico.

Nesse sentido é que, em 1888, foi criada a caixa de socorro para os empregados da Estrada de Ferro do Estado, que funcionava mediante concessão de pequena ajuda a esses trabalhadores em casos de doença e morte. Depois foi a vez dos funcionários da Imprensa Nacional criarem seu Fundo de Pensão (1889). Na mesma época, os trabalhadores em abastecimento d'água da Capital Federal conquistaram o direito de férias de 15 dias, estendido posteriormente aos ferroviários”(Silva: 1995,31)

Um aspecto chave a destacar é que o acesso aos direitos sociais e, especificamente, dos direitos previdenciários na sociedade brasileira, é uma conquista da luta da classe trabalhadora e por melhores condições de vida e de trabalho. Ademais, podemos convir que os trabalhadores sem uma forma de organização lícita não podem manter suas lutas reivindicatórias perante às classes dominantes.

A necessidade de manter e conquistar direitos levou as classes trabalhadoras a criar um espaço legítimo de luta no âmbito da organização sindical. Assim, foram criados os sindicatos:

"os quais eram livres e autônomos sem qualquer vínculo com o Estado. Esse direito de organização sindical foi reconhecido e legitimado pelo Estado em 1903 para os trabalhadores da agricultura e indústria rural, e, em 1907, para as demais categorias profissionais." (Silva: 1995, 32)

Podemos notar que a formação e organização de sindicatos livres e independentes tiveram uma grande contribuição para que a luta de categorias trabalhistas pudessem ganhar forças para que viesse a surgir uma legislação trabalhista e previdenciária. Neste sentido, destaca Silva:

"O primeiro passo concreto rumo à legislação previdenciária foi dada em 1904 por Medeiros de Albuquerque, jurista que apresentou Projeto de Lei ao Congresso Nacional dispendo sobre "Os acidentes ocorridos a operários no exercício de suas profissões e respectivas indenizações". Essa tentativa, a primeira para instituir o seguro acidente, foi barrada devido à resistência de patrões e parlamentares, que em sua maioria eram ligados às oligarquias cafeeiras (setor que deteve a hegemonia política dos pais de 1894, quando foi eleito presidente, Prudente de Moraes, até 1930 quando Getúlio Vargas assume o comando do governo).

A segunda tentativa, também rejeitada no congresso, veio em 1908, quando o deputado Giraccho Cardoso apresentou novo Projeto de Lei, que estabelecia a obrigatoriedade de indenização de todo acidente de trabalho em benefício das vítimas ou de seus representantes"(Silva: 1995, 32)

A batalha travada pelos movimentos sindicais, através de mobilizações grevistas, para a conquista de reivindicações de caráter previdenciário não encontra limites e não dá trégua para aqueles representantes parlamentares que, em nome dos interesses das elites, procuravam dificultar o avanço dos direitos sociais, principalmente, os previdenciários.

Os movimentos grevistas de 1917, por exemplo, continham dentre suas reivindicações, as de caráter providenciarias. Os de 1917 levantaram, entre outras, a bandeira de aprovação do projeto do senador Adolfo Gordo sobre acidente de trabalho, apresentado no Congresso desde 1915. (Silva: 1995, 33).

Destaca Silva que em 1919, houve uma significativa conquista social que foi a regulamentação do acidente de trabalho, através do decreto-lei nº 3724 que responsabilizava o empregador pelos acidentes ocorridos no trabalho, cabendo às empresas privadas (seguradoras) cobrir os gastos. No início, o sistema funcionava como espécie de indenização, passando a

assumir o caráter de seguro somente em 1967, quando foi incorporado a Previdência Social através da lei nº 5.316 (de 14/09/1967).

Conquista de fundamental importância, na história da Previdência Social, foi a criação de caixas de aposentadorias e pensões (CAP's) para os empregados em empresas ferroviárias.

Segundo Silva, a caixa de aposentadorias e pensões dos empregados da GREAT WESTERN DO BRASIL, foi a primeira instituição previdenciária criada no país, em 20 de março de 1923.

O regime de Caixas de Aposentadorias e Pensões estendeu-se às categorias mais organizadas e importantes, por exemplo, os trabalhadores dos serviços telegráficos e radiográficos, aos empregados dos serviços de força, luz, bondes, mineração e aeroviários. Segundo Ana Maria Cartaxo, em 1927 já existiam 138 CAP's no Brasil.

A explosão das Caixas de Aposentadorias e Pensões e a preocupação em legislar na área dos direitos sociais, sobretudo os previdenciários, estão relacionados ao momento político do país.

Na fase de expansão do direito previdenciário e trabalhista:

"é importante frisar como outra relevante conquista a estabilidade no emprego a partir de 10 anos de serviço, em 1928, mesmo ano em que a lei nº 5.485 (de 30.06), beneficiou os telégrafos e radiográficos com o regime da lei Eloy Chaves". (Silva: 1995, 34).

Podemos reconhecer como um período de avanços, na área social, e, especificamente, no campo previdenciário, o governo de Getúlio Vargas, principalmente, quando queria ganhar popularidade, na sociedade brasileira, ainda mais, com as classes trabalhadoras.

A categoria dos funcionários públicos foi uma beneficiada com novas organizações de amparo ao servidor público. É como relata Beatriz Wahrlich, em sua obra, "Reforma Administrativa na era Vargas" a respeito da criação e organização IPASE:

"Com a exposição de motivos nº 2.741, de 28 de outubro de 1937, submeteu o CFSPC ao Presidente da República o projeto que veio a converter-se no decreto lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938, criando, em substituição ao Instituto Nacional de Previdência, o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), beneficiando igualmente funcionários e extranumerários, e vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".(Wahrlic: 1983, 150).

O grande crescimento econômico, presente no período da ditadura militar foi conseqüência da intervenção do Estado na sociedade, que priorizava uma maior acumulação do capital, deixando as questões sociais, em outros planos. Como frisa Silva, o crescimento econômico no período militar veio acompanhado do aprofundamento das desigualdades sociais, em função da grande concentração de renda.

O Governo Militar com sua repressão e imposição à liberdade dos cidadãos provocou um desmantelamento geral das organizações políticas e sindicais da sociedade, sufocando com isso qualquer iniciativa de reorganização independente dos trabalhadores e, em especial, a luta por importantes alterações na Previdência Social.

Silva mostra-nos que a reformulação do Sistema Previdenciário transcorreu de forma lenta e gradual, tornando-se mais evidentes a partir de 1966, onde trouxe inúmeras mudanças no campo trabalhista e social.

"A mais expressiva mudança no período foi a criação do INPS, através do Decreto nº 72 (de 21 11 66), que funcionaria a partir de 10 01 67 com o objetivo de racionalizar gastos e centralizar o regime previdenciário. Nessa perspectiva, incorporou as CAP's, IAP's, o SAMDU e a Superintendência dos Serviços da Previdência Social". (Silva: 1995, 44)

Como destaca Silva, mesmo no regime ditatorial militar em 1968 e 1968 foram registradas várias manifestações de protestos dos trabalhadores, como a realização da Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais no Rio de Janeiro, em novembro de 1967 e os movimentos grevistas em Contagem - Minas Gerais e Osasco - São Paulo em 1968.

1.3. DILEMAS E QUESTÕES CHAVES NA HISTÓRIA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA.

Muitos aspectos da vida social estão implicados com a questão da Previdência Social brasileira, e vejo, como questão chave, a problemática dos aposentados com suas dificuldades e perspectivas. O quadro de dificuldades que enfrentam os envolvidos na questão da previdência atinge índices elevados.

Vários são os dilemas enfrentados por aqueles que dependem e precisam do serviço da Previdência, pois milhares de brasileiros não conseguem obter um outro acesso, para a busca de uma Assistência Social, que possa satisfazer algumas necessidades de ordem social. É como salienta Silva:

“Quem já precisou, por alguma razão, utilizar os serviços e benefícios da Previdência Social Pública, conhece a precariedade dos sistema, mas sabe também que há momentos na vida de milhões de brasileiros em que ele é a única alternativa que pode ser buscada.”(Silva: 1995, capa do livro).

A precária situação da Previdência Social atinge a sociedade brasileira de uma maneira ampla, pois vários setores e categorias sofrem com o dilema, lá existente. Os servidores da previdência também sabem disso e vivem constantemente os dilemas das precárias condições de atendimento, que têm a ver com a sua situação de trabalhador, e a percepção das imensas dificuldades enfrentadas pelos usuários na vida cotidiana.

Segundo Silva, vários são os problemas que nos fazem despertar para a necessidade de reunir dados sobre a Previdência Social: a fragilidade dos argumentos de defesa das propostas governamentais, nos quais se percebe um total desencontro de informações básicas para fundamentação de uma proposta; a dificuldade de formulação de propostas alternativas por parte da sociedade civil, em especial, os setores do campo democrático e popular, dado a desinformação e também a dificuldade de compreensão dos conceitos e termos técnicos usados no debate; a ausência de subsídios para o segurado que chega a um posto de atendimento como quem pede um favor, não conhece seus direitos, não sabe o quanto contribuiu para que aquele serviço existisse; a incapacidade dos servidores de darem respostas qualitativas e globais às demandas dispersas apresentadas pelos usuários, uma vez que eles mesmos têm uma visão fragmentada da capacidade da Previdência Social.

José Prata de Araújo, em seu estudo sobre a Previdência Social aprofunda reflexões já iniciadas em obras anteriores acerca do dilemas em que a Previdência vem enfrentando no Brasil e, ainda destaca:

"Nos últimos anos vivemos ameaçados frente os reiterados anúncios de falência da Previdência Social no Brasil.

Falta de recursos para pagar as aposentadorias, buraco negro, buraco rosa, 147%, fraudes, mal atendimento nas agências do INSS, demora na concessão de benefícios, filas intermináveis e desumanas em frente agências bancárias constituem

imagens e manchetes batidas que povoam nosso cotidiano". (Araújo: 1995, 15)

Segundo Araújo, em todo mundo os sistemas previdenciários vêm apresentando problemas. O envelhecimento da população, a crise macroeconômica, a diminuição do emprego, a precarização do trabalho, e outros. Em nosso país muito tem sido dito sobre os determinantes da então falência do sistema. Ele ainda mostra-nos que os números apresentados pelo governo sobre as contas do INSS são conflitantes, o gerenciamento do sistema é caótico e o controle social ainda incipiente.

Araújo vê como um dos principais causadores de diversos dilemas enfrentados pela Previdência Social, o neoliberalismo que procura mostrar-nos que o problema situa-se unicamente em torno da questão democrática, que tem levado ao estreitamento da relação de trabalhadores ativos e inativos.

CAPÍTULO 2

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: QUESTÃO CENTRAL, NA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO.

Reformar é uma prática de corrigir distorções, existentes em uma determinada estrutura. Reconheço, também, que o sistema previdenciário enfrenta problemas, de grande complexidade, principalmente, no Brasil. E, conseqüentemente, como em outros países, precisa-se saber onde estão estas distorções e desempenhar políticas para eliminá-las, no sentido da maior eficiência dos sistema na garantia e ampliação da proteção social.

Para Reinhold Stephanes, há déficits estruturais, crescentes ao longo do tempo, que representam um pesado ônus, já conhecido, que estamos transferindo para as próximas gerações. A reforma do atual sistema previdenciário brasileiro é imperativa e urgente. Para Stephanes, o sistema previdenciário atual não tem equilíbrio financeiro e atuarial e, portanto, não permite dar segurança àqueles que estão aposentados e àqueles que hoje contribuem e que esperam usufruir de seus benefícios no futuro. O sistema atual é profundamente injusto do ponto de vista da equidade e da justiça social.

“No regime dos benefícios previdenciários do setor público (União, Estado e Municípios), onde estão as maiores distorções, os inativos e pensionistas, que representam menos de 15% do total da “População Previdenciária” do país, custam mais do que 85% restantes da população previdenciária do INSS.

Os dados e cálculos atuariais do INSS são conhecidos com relativa exatidão. Os dados e cálculos atuariais dos demais regimes do setor público são relativamente mais precários. Mas a crise deste regime pode ser vista indiretamente, através das enormes deficiências da ação do Estado, nos três níveis do governo, no que diz respeito a obras e serviços essenciais na área de saúde, educação, transporte e segurança pública.” (Stephanes 1998:VIII).

Stephanes reconhece que o problema macroeconômico crucial do Brasil é a crise fiscal do Estado, sendo a crise da previdência social, o problema crucial da crise fiscal do Estado. Ainda afirma que no regime do INSS, em 1997, os 17,4 milhões de aposentados e pensionistas custaram mais de R\$ 46 bilhões – quase 3 bilhões a mais que a arrecadação de contribuições. Previa, à época, que em 1998, na ausência de reforma constitucional, o déficit deveria superar a marca dos 6 bilhões de reais. E sustentava, que se não houvesse mudança de ordem estrutural, o quadro tenderia a se agravar.

Luiz Carlos Bresser Pereira, em seu trabalho, “A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira”, afirma que reformar o Estado constitui-se numa tarefa gigantesca, ultrapassando em muito as possibilidades do Ministério da Administração Federal e da Reforma do

estado. Segundo ele, esta é uma tarefa de todo o governo, em seus três níveis. Mais do que isto, é uma tarefa de toda a nação brasileira. Reformar o Estado significa superar de vez a crise fiscal presente.

Para Bresser, na reforma constitucional, dois temas relativos ao aparelho do Estado são fundamentais: o da flexibilidade da administração, objetivando maior eficiência e qualidade; o da previdência do funcionalismo público, visando menor custo para o quadro de inativos e maior isonomia com o setor privado. Bresser argumenta que, na Constituição de 1988, estabeleceu-se um sistema de privilégios na área da previdência, garantindo aos funcionários públicos a possibilidade de se aposentar, por tempo de serviço, em geral antes dos cinquenta anos, com um valor de aposentadoria correspondente a 120 por cento do último salário. Com isso, na sua evolução, a crise fiscal era decisivamente agravada.

Na visão do sindicalismo brasileiro, seriam necessárias melhorias no sistema previdenciário, que deveriam ser implantadas sem ferir direitos e eliminar conquistas históricas dos trabalhadores, uma vez que, para o movimento sindical brasileiro, as dificuldades encontradas pelo sistema de previdência social brasileiro são oriundas da má gestão e desvio de recursos públicos.

A Previdência, ainda na visão dos sindicatos, precisaria ser administrada de forma democrática e participativa, agregando todos os segmentos sociais, uma vez que a atividade previdenciária refere-se ao interesse de toda a sociedade.

2.1 Segundo Pimentel (1995:28): a Central Única dos Trabalhadores-CUT defende que:

“A gestão da Previdência seja feita através de um colegiado na forma de conselho quadripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, empregados, aposentados e governo. Isso significa que esse conselho de gestão seria o responsável pela administração da Previdência, assegurando a participação social e o controle sobre os serviços prestados à sociedade através de seus órgãos de execução”

2.1. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.

Na Constituição Federal de 1988, foram incorporadas importantes inovações na área de Previdência Social. Em relação à seguridade social, muitas conquistas foram obtidas nesta constituição.

No dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição que emergiu do processo Constituinte. Segundo a avaliação de José Prata de Araújo, dentre as principais inovações na área de Previdência Social, podemos destacar:

- Criação do sistema de seguridade social, compreendendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a Previdência, Saúde e Assistência Social;
- Uniformização dos benefícios urbanos e rurais;
- Cálculo do benefício com base na média dos últimos trinta e seis salários, corrigidos monetariamente;
- Revisão dos benefícios de prestação continuada, restabelecendo o seu poder aquisitivo expresso em números de salários mínimos que tinham na data de sua concessão;
- O 13º Benefício Integral para os aposentados e pensionistas, com base nos proventos do mês de dezembro;
- Salário-Maternidade durante 120 dias;
- Aposentadoria por velhice para os trabalhadores rurais aos 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres;
- Extensão da pensão por mortes também aos homens;

- Irredutibilidade dos benefícios;
- Aposentadoria proporcional às mulheres aos 25 anos de serviço;
- Direito à participação dos trabalhadores na gestão da previdência social;
- Na área de saúde, a principal conquista foi, sem dúvida, a universalização do sistema. Até então, os recursos federais eram destinados somente para atendimento dos segurados da Previdência Social;
- Na Assistência Social houve muitos avanços, com destaque para o pagamento de um salário mínimo aos idosos carentes e pessoas portadoras de deficiência;
- Em relação ao custeio da seguridade, a Constituição de 1988, definiu não somente as contribuições sobre a folha de salários, mas também tributos incidindo sobre o faturamento e o lucro;
- A lei nº 7.689, de 15-12-88, instituiu a Contribuição Social sobre o lucro das pessoas jurídicas, com alíquotas de 8% para as empresas em geral e 12% para as instituições financeiras. (Araújo 1995:171)

A aposentadoria, destaca-se como um grande avanço inserida na Constituição Federal Brasileira de 1988.

“Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecida as seguintes condições:

I. *Aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta anos para a mulher, reduzindo em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluído o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;*

II. *Após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;*

III. *Após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.*

1º. *É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco à mulher.*

2º. *Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.”(Constituição 1988:124-125).*

Segundo Araújo, o Brasil gastou em 1993, depois de implementadas grande parte das conquistas da Constituição de 1988, cerca de US\$ 19.8 bilhões com os benefícios previdenciários, ou 4.34% PIB, praticamente o mesmo percentual gasto em 1982.

Inegavelmente, a mobilização e organização de diferentes segmentos da classe trabalhadora contribuiu para que questões-chave no campo da proteção social fossem conquistadas na Constituição de 1988. A Constituição diz, em seu capítulo II, artigo 194:

“Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas, a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Segundo Maria Lúcia, a partir do governo Sarney (1985 a 1989), o Estado brasileiro tenta reduzir suas funções de participação na economia e gestão das políticas sociais, sem contudo conseguir implementar um novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas e conter a expansão da miséria no país.

“Ao assumir o lema “tudo pelo social”, o governo da Nova República reconhecia o grave quadro social existente fruto dos anos de ditadura e recessão. Em todos os documentos do programa de governo o tema merece destaque. Entretanto, tudo não passou das “Boas intenções...” No final de seu governo, algumas mudanças foram conquistadas pelos trabalhadores no campo dos direitos sociais e da democracia, graças aos movimentos de massa e à participação na elaboração da Constituição de 1988, através das emendas populares”. (Silva-1995:53).

2.2. Na década de noventa os ajustes efetuados no setor de proteção social secundarizaram os aspectos sociais, desmontando conquistas e direitos sociais. Segundo Silva, o trio formador da seguridade social como: saúde, previdência e assistência social, trouxe definitivamente uma nova concepção nesse campo. Ela ainda reconhece que o problema verificado mais tarde é que boa parte destes conceitos, assim como tantos outros, não saíram do papel, seja porque deveriam ser regulamentados a posteriori, o que vem acontecendo muito lentamente, ou por falta de recursos para implementar o que já foi implementado, ou ainda, por exclusiva falta de vontade política dos governantes descomprometidos com os interesses das camadas desprotegidas do país.

2. 2. DISCURSO OFICIAL DOS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Podemos destacar, como um dos mais expressivos elaboradores do discurso do governo sobre a Previdência Social da Previdência social, o economista, Reinhold Stephanes, principalmente, em sua obra, "Reforma da Previdência Social, Sem Segredos". Homem possuidor de muitos conhecimentos acerca da Previdência Social, e Ministro de Estado na área. Stephanes defende a exigência de uma reforma de nível estrutural, face à complexidade dos problemas previdenciários. Na sua argumentação sustenta que os déficits estruturais existentes vão crescendo ao longo do tempo criando um pesadíssimo ônus para as futuras gerações brasileiras.

Para Stephanes, de uma maneira geral, no conjunto de alterações realizadas, há décadas, nos diversos sistemas previdenciários, de outros países, os ajustes necessários têm sido efetivados objetivando o saneamento das finanças e a certeza do alcance dos benefícios às gerações futuras. Tais medidas têm sido constantes, o que tem levado a maioria dos países a reconstruir seus sistemas, dentro de um nível de racionalidade adequado e proporcionado um gerenciamento mais efetivo. Nos demais, houve a necessidade de se realizarem reformas mais profundas.

Na avaliação de Stephanes, o Brasil não procurou, como em muitos países acompanhar a dinâmica dos sistemas previdenciários em termos de introduzir constantes reajustes em seu sistema previdenciário.

“Na América do Sul, apesar de implantação dos sistemas previdenciários terem ocorridos em momentos distintos, seus erros e vícios são muito semelhantes. De forma geral, os sistemas surgiram a partir de demandas corporativas, com cobertura limitada, embora com a contribuição da sociedade, direta e indiretamente. E, como resultado, tornaram-se ineficientes quanto aos princípios de justiça social e, sobretudo, de equidade. Tanto que, ao buscarem a universalidade da cobertura e do atendimento, se encontraram atados às restrições estruturais e, principalmente, às dificuldades financeiras”. (Stephanes – 1998:4).

Outro representante do Governo Federal bastante interessado no implante de Reformas no Estado, é o ex-ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, Luis Carlos Bresser Pereira. Sua posição tem sido de reafirma a necessidade de reformar o Estado. Em sua visão, tal reforma significaria completar um ciclo de mudanças na forma de intervenção do Estado no plano econômico e Social.

Tais mudanças deveriam rever a estrutura fiscal do Estado, a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas prática patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.

Bresser defende que numa reforma no aparelho do Estado teríamos como questão de fundamental importância a implantação de mudanças na Previdência, com o objetivo de se criar um menor custo para o quadro dos inativos e maior isonomia para o setor privado.

Sua visão, no entanto, contempla também a preocupação com os aspectos sociais decorrentes de medidas necessárias para implantação de mudanças nos sistema de proteção social de nosso país, pelo menos é o que aparece em seu dis

“Reformar o Estado é uma tarefa de toda a nação brasileira...significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social”

Sua defesa, entretanto, circunscreve-se mais aos aspectos atuariais e fiscais da reforma e sua grande preocupação, enquanto ministro, foi acabar com a estabilidade do servidor público.

“Previdência Social: Diagnóstico e Proposta” é uma obra de José Prata de Araújo que trata da reforma da Previdência, de forma crítica, sem perder de vista a complexidade dos aspectos envolvidos.

Araújo critica as elites dominantes, alinhadas à reforma da Previdência Social Brasileira, defendida pelo governo, que prevê a redução e o corte nos benefícios e a criação de condições para a privatização bastante ampla do sistema previdenciário.

Sobre o paradigma de reforma defendido pelo governo, Araújo salienta uma citação de Kandir:

“Não há dúvida que o paradigma de grande parte das propostas de reforma da Previdência social brasileira é o caso chileno”. “O modelo chileno é o referencial fundamental para a reforma brasileira e as diversas propostas existentes trazem essa marca, mais seus diversos componentes devem ser definitivamente traduzidos às particularidades políticas, jurídicas e financeiras brasileiras”. (Kandir – 1993).

Atualmente, o maior representante do Governo Federal, envolvido com a reforma da Previdência social, é o ministro Waldeck Ornelas. Ele insiste na idéia de que o Governo Federal e os Estados procurem rapidamente uma forma de implantar uma nova mudança na Constituição, com o intuito de conter o rombo provocado pelo pagamento de aposentadorias do setor público.

Nesta perspectiva, o Ministro afirmava que a proposta de Emenda Constitucional teria de ser encaminhada aos parlamentares “necessariamente” até o final do ano de 1999, o que seria quase impossível, uma vez que, depois de esbarrar na resistência de líderes dos Partidos aliados ao Governo, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso tentaria o apoio de um maior número de Governadores para apoiá-lo.

O Ministro Waldeck Ornelas mostra a diretiva do Presidente Fernando Henrique no seguinte trecho de entrevista concedida, pelo Ministro, ao jornal “Folha de São Paulo”, em 16.10.1999:

“ O Presidente da República Fernando Henrique Cardoso tentará o apoio de um maior número de Governadores para apoiá-lo... o principal argumento do Governo Federal na negociação é o tamanho crescente do rombo nas contas públicas como o pagamento de aposentadorias e pensões aos servidores públicos ”

O Presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece que para haver um estudo minucioso da Reforma da Previdência é necessário que haja um engajamento de vários setores envolvidos: Deputados, Senadores, Ministros, Governadores ademais reafirma a exigência da compreensão da sociedade brasileira para ajudar a elaborar reformar de ajuste para o país.

“O Governo abriu um leque de opções e quer que os Governadores opinem. A Emenda Constitucional irá para o Congresso no momento que as conversas evoluírem e construímos um consenso. O apoio dos Governadores desejado por FHC está longe de ser seu maior desafio. Mas difícil será obter o apoio de três quintos dos votos de Deputados e Senadores para mexer com a aposentadoria dos servidores públicos. Ocorre que 35% dos Parlamentares são aposentados do setor público e ajudam a engrossar a resistência na própria base política do Planalto desde o início do primeiro Governo de FHC”. (F. de São Paulo - 16 10 99).

O Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas procura acreditar no bom senso dos deputados e senadores, e se encontra otimista no apoio dos Parlamentares.

“Eu prefiro acreditar no patriotismo dos Parlamentares”, disse o ministro da previdência. A questão é saber se teremos recursos para investir em educação, saúde, segurança ou se vamos ter de usar o dinheiro para pagar aposentadoria no setor público”. (F. de S. Paulo – 16 10 99).

No dia dezesseis de novembro de 1999, o governo recebe o respaldo de quinze governadores e recomeça a negociação pela aprovação de emendas constitucionais para cobrar contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos e para limitar a remuneração dos servidores estaduais e municipais.

A partir do dia trinta de novembro de 1999, foram introduzidas mudanças que atingiram os aposentados do setor privado, com a criação do fator previdenciário, mas que introduziam mudanças, também, para o aposentado do setor público, como: quem era contribuinte em dezesseis de dezembro de 1998 cumpriu o prazo para aposentar-se até essa data.

Quanto à aposentadoria proporcional por tempo de serviço, trinta anos de serviço para homens e vinte e cinco anos para mulheres, apresenta a seguinte inovação: têm o direito adquirido, mas condição para acréscimos por anos a mais de trabalho, de acordo com o mesmo critério utilizado para o setor privado.

Quem era contribuinte em dezesseis de dezembro de 1998 e não tinha direito à aposentadoria, para ter direito à aposentadoria integral é estabelecida uma regra de transição.

Por tal regra, há acréscimo de vinte por cento no tempo que faltava para a aposentadoria integral, aos trinta e cinco anos de serviço, homem, e trinta anos de serviço, mulher, em dezesseis de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, e exigência mínima de quarenta e oito anos, mulher, e cinquenta e três anos, homem. Será preciso Ter cinco anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Quem tiver cinco anos no cargo poderá aposentar-se com a remuneração do cargo anterior, desde que tenha ocupado por no mínimo cinco anos. Se cumprir as exigências, o servidor que continuar trabalhando ficará isento contribuição previdenciária.

Também foi estabelecida regra de transição. Por ela, há acréscimo de quarenta por cento no tempo que faltava para a aposentadoria proporcional pela regra antiga, aos trinta anos de serviço, homem, e vinte e cinco anos, mulher, e exigência de idade mínima de quarenta e oito anos, mulher, e cinquenta e três anos, homem. Será necessário contar com cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria. Quem não tiver anos no cargo poderá aposentar-se com a remuneração do cargo anterior, desde que o tenha ocupado por no mínimo cinco anos.

O alinhamento entre critérios de benefícios aplicados para os setores público e privado seria a grande meta do governo, ao estabelecer o fator previdenciário para o setor privado e o novo critério para o cálculo dos benefícios.

2.3. A PREVIDÊNCIA, A CRISE FISCAL E O NEOLIBERALISMO.

Para Stephanes, existe a necessidade de se realizar reformas e ajustes, e encará-los como sendo fatos normais, e ao mesmo tempo importantes para a maioria dos países, diante das novas estruturas de emprego e proteção social impostas pelas globalização, revolução microeletrônica, as transformações populacionais advindas com o aumento da expectativa de vida da população mundial e a conseqüente mudança na estrutura produtiva desses países.

À medida que são analisados os exemplos e os cenários, nos quais são feitas alterações, verifica-se que alguns países, além das reformas, estão fazendo repetidos ajustes. Ele reconhece, por intermédio de vários estudos, que a Previdência Social precisa urgentemente de mudanças estruturais profundas, para um melhor ajuste no Aparelho do Estado.

Uma questão que está sendo centro das atenções no ajuste fiscal, e que transita com assiduidade, pelos debates políticos é a questão da contribuição previdenciária para os aposentados e o aumento da mesma para o pessoal da ativa, tal assunto é matéria corriqueira. Todas as notícias são acompanhadas pela população que sabe dos efeitos dessas medidas em suas vidas, a aprovação do Projeto de Lei que cria a contribuição dos servidores aposentados, foi matéria de grande repercussão (Diário do Nordeste, 21/01/99).

“A Câmara aprovou ontem à noite o Projeto de Lei que institui a contribuição dos servidores aposentados na Previdência e amplia a contribuição dos funcionários da ativa. A medida, que havia sido derrubada, por quatro vezes, é considerada uma das mais importantes do ajuste fiscal. Com a aprovação o FMI poderá liberar uma parte do aporte de US\$ 41,5 bilhões acertados até o final do ano passado. Pelo novo texto, ficam isentos os inativos que ganham menos de R\$ 3 mil. Entre os demais, a alíquota será progressiva. Os menores percentuais serão aplicados para os servidores da ativa”.

A notícia acima, sua data, ilustram como a questão da contribuição dos inativos é uma polêmica instalada há algum tempo; dada à resistência da população para aceitar uma reforma que, segundo ela, prioriza aspectos atuariais e financeiros em detrimento de uma posição que contemple a manutenção de direitos adquiridos e a melhoria das condições de vida do servidor aposentado. Uma batalha se instalou e cada passo dado pelo governo na direção de aprovar o conjunto das mudanças pretendidas é travado, via poder judiciário, por liminares e também, via mobilização social, no sentido de reverter o curso das mudanças, como a liminar do dia dezessete de maio de 1999:

“Os servidores ativos, inativos e pensionistas dos órgãos Federais, no âmbito do Estado do Ceará, estão desobrigados, provisoriamente, da cobrança da contribuição previdenciária. O Juiz Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Ceará, Antonio Carlos de Martins Melo, concedeu liminar no último dia 17 de maio, determinando a suspensão dos descontos dos proventos dos servidores da Contribuição Social prevista na Lei Nº 9783 99. a liminar atende à Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal, representado pelo Procurador Socar Costa Filho. Agora, os servidores devem aguardar o mérito da questão. A Lei Nº 9783 99, de 28 de janeiro passado, institui a alíquota uniforme de 11% de contribuição previdenciária de todos os servidores públicos civis e federais (da ativa, inativa e pensionistas) com salários de até R\$ 1.200,00. os vencimentos acima desse valor e até R\$ 2.500,00. além dos 11% contribuem com mais 14%”. (O Povo – 21/05 99).

Araújo apresenta uma abordagem de assuntos como: o neoliberalismo e Previdência social, a partir de uma visão abrangente da atual situação previdenciária. Segundo Araújo, a Previdência social originou-se e desenvolveu-se numa época de conturbadas lutas políticas e sociais.

Mostra-nos, ainda, que as elites ao transformarem em Leis os direitos sociais atendiam às reivindicações das classes trabalhadoras, mas ao mesmo tempo procuravam garantir a continuidade do próprio capitalismo, isto é, aceitaram reformar o capitalismo para mantê-lo enquanto sistema global.

Para esse autor, o neoliberalismo assumiu a dianteira na reorganização do capital com suas teses de Estado Mínimo, redução de impostos e corte dos gastos sociais, com profundas repercussões nos mecanismos de proteção social, sua visão de crise, inclui uma análise da ideologia neoliberal, como frisa em seu posicionamento sobre a crise dos sistemas previdenciários:

“Portanto, a crise da Previdência social em todo o mundo é, em certa medida, uma invenção da ideologia neoliberal. Isso porque um sistema de proteção social como o que existe na Europa, por exemplo, pressupõe uma grande carga e disciplina fiscal. A carga tributária atinge 40% do PIB na maioria dos países europeus e chega a impressionante cifra de 56% na Suécia. Acontece, que o neoliberalismo com seus valores individuais e anti-solidários, não aceita esta situação. Assim, fabrica ou superestima as crises da Previdência social para viabilizar suas teses de redução da carga fiscal e dos gastos sociais”. (Araújo - 1995:13)

As mudanças demográficas em todo o mundo repercutem, também, no sistema de Previdência social. Vemos uma grande redução na taxa de fecundidade e, por outro lado, tem crescido, progressivamente, a expectativa de vida das populações. Com isso, acontece o crescimento do número de idosos dependentes do sistema de Previdência social. Portanto, a situação está a exigir uma alocação de maiores recursos para a proteção à velhice, ao contrário das políticas neoliberais que pretendem reduzir os gastos sociais. (Araújo – 1995:13).

Araújo defende, que a crise da previdência social está vinculada a razões de natureza ideológica, demográfica e macroeconômica. Com Previdência Pública ou privada não muda a relação cada vez mais estreita entre trabalhadores ativos e idosos. Quando propõem a privatização da previdência social, os neoliberais não estão mostrando nenhuma preocupação ou generosidade com o conjunto dos idosos.

Em verdade, estão recomendando que cada um deles se vire individualmente. É a típica política de unir o útil ao agradável: com a privatização da previdência social se pretende reduzir os gastos sociais (Estado Mínimo) e, ao mesmo tempo, abrir um grande filão para o capital financeiro, através dos planos de aposentadoria privada, ou seja, trata-se de jogar os idosos pobres na marginalidade e transformar os idosos com maiores posses em bons clientes das seguradoras e dos bancos.

Em seu trabalho “Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo”, Cristina Laurell traz para o debate brasileiro uma preciosa contribuição para o entendimento do projeto neoliberal de organização da sociedade, bem como uma análise dos novos rumos impressos à área social. A autora busca trazer para o debate brasileiro elementos que

possibilitem desvendar o intrincado projeto neoliberal, enquanto discurso e enquanto prática, nas suas várias dimensões e implicações.

“O caráter global do projeto neo-liberal pode ser questionado com o argumento de que os programas de ajuste e mudança estrutural são essencialmente de ordem econômica e, em decorrência, que seus custos sociais são secundários e transitórios. Outra maneira de se dizer a mesma coisa seria sustentar que se pode combinar políticas econômicas de corte neoliberal com práticas sociais inclusivas e eqüitativas. Esta foi a posição de Carlos Salinas de Gortari ao verificar sua política de “Liberalismo Social”, numa tentativa de ocultar a base doutrinária neoliberal das políticas implementares pelo seu governo”. (Laurell 1997:7)

Laurell defende que a política previdenciária é consequência de um processo de modernização brasileira intermediada pelas políticas de industrialização pelo Estado que geram profundas e aceleradas mudanças sociais e urbanização da população.

A escuta dos inativos, realizada neste trabalho, deixa bem claro que a percepção que os mesmos tem é de um sistema previdenciário incapaz de proporcionar-lhes uma vida digna. Um sistema que estaria distante de favorecer a inclusão e a eqüidade social defendidas por Laurell e que deveriam ser o sustentáculo de qualquer sistema de proteção social.

2.4. DISCURSO SINDICAL ACERCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: CRÍTICAS E SUGESTÕES

Os dirigentes sindicais e seus colaboradores apresentam críticas concludentes e sistemáticas sobre a reforma previdenciária. Muitos sindicalistas desenvolveram estudos sistemáticos, mostrando a improcedência dos critérios que justificam as novas medidas do Governo implantadas após a reforma.

No trabalho de Maria Lúcia Lopes da Silva, “Previdência Social: Um Direito Conquistado”, ela faz algumas críticas, quanto ao porquê das necessidades de reforma previdenciária. Ela não concorda quando o Governo FHC diz que o déficit da previdência social havia fechado o ano de 1994, em cerca de R\$ 2 bilhões. Ela mostra que esses números foram contestados várias vezes, por diferentes setores da sociedade, principalmente os dirigentes sindicais da classe trabalhadora.

Em verdade, são constantes as críticas que partem da área sindical dos trabalhadores indo de encontro as propostas lançadas pelo Governo. A Central Única dos Trabalhadores- CUT- concentra suas ações no debate com a sociedade, pois reconhece ser o ponto fundamental de sua estratégia na perspectiva de viabilização de sua proposta. Sobre a proposta do Governo de implantar o fim de alguns tipos de aposentadoria, a CUT procura conscientizar a sociedade, que tal proposta representa um prejuízo para os trabalhadores desmontando conquistas e direitos:

“No debate geral, a CUT tenta mostrar a seus interlocutores os prejuízos que poderão ocasionar aos trabalhadores o fim da aposentadoria por idade e tempo de serviço, das aposentadorias especiais por categorias, retorno do acidente de trabalho à iniciativa privada, a redução dos tetos de benefícios e contribuição, a desconstitucionalização dos direitos previdenciários, e todas as demais propostas apresentadas pelo Governo, que visam privatizar o sistema e descomprometer o Estado com sua garantia e sustentação”.
(Silva – 1995:250)

A CUT defende que é viável um sistema previdenciário público, universal, voltado para a garantia de promoção e proteção social ao trabalhador e sua família, dando-lhe cobertura nos eventos de doenças, invalidez, morte, velhice, reclusão e nos decorrentes de acidentes do trabalho, proteção à maternidade, e em situações de desemprego involuntário e ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, e em outras situações que possam exigir garantia de vida digna.

O SINPRECE (Sindicato dos Previdenciários do Estado do Ceará), vem travando uma verdadeira batalha no intuito de conseguir a liminar que proíba o desconto previdenciário dos inativos e aumento da alíquota dos funcionários públicos da ativa.

“A derrota do Governo no Supremo Tribunal Federal é mais um capítulo da queda de braço que envolve o desconto dos inativos e o aumento da alíquota dos ativos. A decisão do Tribunal é correta, mas não atinge diretamente os servidores da base do SINPRECE, embora fortaleça nossa luta. É o que o sindicato já conquistou liminar para sustentar os descontos, logo após a edição da MP 9783 99, que o Governo queria efetuar para os inativos e ativos do setor público”. (Jornal do SINPRECE 10 99)

O SINTSEF (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará) elaborou uma cartilha objetivando aumentar o nível de informação e compreensão dos aposentados sobre as mudanças que seriam geradas, a partir da reforma. O sindicato esclarece que a situação vigente desde a publicação da Emenda Constitucional Nº 20, em 16 de dezembro de 1998 é sem dúvida complexa e precisaria de um esclarecimento maior para que o servidor e aposentado possam estar conscientes de sua situação, a partir da reforma da previdência, a introdução do texto, valoriza a importância de o servidor estar informado de todo o processo de instalação das medidas advindas com a reforma:

“Cada servidor precisa valorizar este trabalho tanto quanto aqueles que o elaboraram. Cada servidor deve divulgá-lo para seus companheiros de trabalho e demais trabalhadores, pensando nos interesses coletivos da categoria. Muito embora seja a reforma bem mais ampla, esta cartilha aborda apenas as questões que dizem respeito aos servidores e aposentados do setor público”. (cartilha reforma da previdência – SINTSEF – 1998:8)

A grande preocupação do SINTSEF é que as categorias em questão servidores e aposentados públicos, saibam quais são os seus direitos após a reforma da previdência, e ainda despertá-los para o fato de que, serão suprimidos vários direitos conquistados, e que essa perda se deve, em muitos aspectos, à política neoliberal adotada *por FHC.

Em seu trabalho, “A previdência Social” o deputado federal, José Pimentel, também procura proporcionar um maior esclarecimento quanto à situação do servidor e aposentado do serviço público com a implantação da reforma da previdência. Mostrar a verdadeira dimensão das mudanças propostas pelo governo FHC, em 1995.

Nessa perspectiva, Pimentel também esclarece os aspectos essenciais da reforma, e em que medida a nova realidade irá nos atingir:

“Desde quando o governo FHC encaminhou ao congresso, em março de 1995, o projeto de emenda constitucional para a reforma da previdência, temos manifestado, em sucessivas oportunidades e através dos mais diversos meios, nossa posição contrária as

mudanças propostas e a favor de um projeto previdenciário alternativo". (Pimentel 1999:8).

Pimentel salienta que mesmo depois de aprovada promulgada a Emenda constitucional nº 20, da reforma da previdência, o que observamos é uma grande e geral desinformação acerca do alcance dos prejuízos que as novas medida trarão.

O objetivo do citado parlamentar, no entanto, é no sentido de divulgar e informar às pessoas sobre o conteúdo das mudanças e suas duras conseqüências para a vida dos brasileiros.

Por tudo que já foi aqui exposto, fica clara a necessidade de envolver toda a sociedade nesse embate político, em torno da Reforma Previdenciária. A suposta inviabilidade do atual sistema passa necessariamente pela histórica forma de administrar os bens públicos, beneficiando os interesses das oligarquias dominantes, em detrimento da busca de políticas sociais mais justas e inclusivas.

São necessários ajustes de natureza atuarial com vistas a dotar nosso setor de Previdência de uma estrutura econômica capaz de suportar suas obrigações com os inativos, ajustes que exigem a revisão da forma como tem sido efetivado nosso modelo de gestão pública.

As mudanças não podem se reduzir a procedimentos simplistas de aumento de arrecadação de uma população já espoliada, de um segmento de aposentados que sobrevivem, via de regra, na condição de indigentes.

É preciso combater os esquemas de corrupção que levam a um nível de sonegação que beneficia os grandes grupos empresariais, e sangram os cofres públicos. É impossível construir a necessária equação da reciprocidade, a partir de um sistema, sócio da corrupção, que não consegue reverter seus ativos para a finalidade que o instituiu.

CAPÍTULO 3

A APOSENTADORIA NO ATUAL CONTEXTO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA.

Para discutir a questão da aposentadoria, no contexto da reforma previdenciária, fizemos um percurso de estudos e análises, resgatando o discurso oficial e o discurso crítico dos sindicalistas, trabalhando especificamente, a fala dos próprios aposentados. Antes de tudo, nossa intenção foi avaliar as diferentes visões enfocando, de modo especial, a percepção dos aposentados, no sentido de construir uma quadro que nos permitisse uma visão clara das repercussões das atuais mudanças do sistema de proteção social no Brasil na vida dos que dependem de aposentadoria para viver.

O sistema de Previdência Social adotado no Brasil, desde 1988, prevê diferentes situações em que o trabalhador ou segurado podem se aposentar. Assim, existia a opção de se requerer, mediante alguns critérios, *aposentadoria por idade, por tempo de serviço, compulsória, proporcional, especial e assim por diante.*

O discurso oficial valoriza os aspectos atuariais, os custos, os aspectos econômicos implícitos no sistema solidário de previdência:

“O sistema vigente não resiste a um cuidadoso cálculo atuarial... há déficits estruturais, crescentes ao longo do tempo que representam um pesado ônus, já conhecido, que estamos transferindo para as próximas gerações.”
(Stephanes:1988)

Contudo, o confronto do discurso construído pelos órgãos de comunicação e previdência social do governo com a percepção dos aposentados de como estas reformas impactaram suas vidas, mostra motivações e direções distintas:

“O que ocorre, é que nosso Presidente, Fernando Henrique, está procurando um meio de mexer com a Constituição Brasileira vigente. Ele quer mudar quase tudo. E acabar com uma grande maioria dos direitos sociais garantidos, já por muito tempo, principalmente, da Constituição de 1988.” (entrevistado nº 8).

A pretensão deste trabalho, ao explorar essas questões com os aposentados, foi a de fazer um levantamento de suas maiores preocupações, referentes às conseqüências da Reforma da Previdência Social, em suas vidas. Neste sentido as perguntas feitas ao longo das entrevistas propiciavam uma avaliação, por parte dos entrevistados, da aposentadoria no contexto de suas vidas, das condições garantidas pela remuneração recebida, enfocando, até que ponto, a mesma estaria satisfazendo suas necessidades básicas de sobrevivência, enquanto

trabalhadores aposentados; o que os governantes estariam fazendo para melhorar o salário dos aposentados do setor público; a visão dos aposentados sobre a cobrança previdenciária que os governantes querem implantar; as estratégias de sobrevivência dos aposentados para complementação de sua renda; e a avaliação dos aposentados sobre o trabalho do presidente, FHC, em sua política de reforma, na Previdência Social.

Os responsáveis pela reforma da Previdência Social no Brasil Conterâneo, como, o presidente, FHC, e seus principais auxiliares, especificamente, o ministro da previdência pregam a necessidade de reforma do setor, por considerarem que o atual sistema não daria segurança àqueles que estão aposentados e àqueles que hoje contribuem e que esperam usufruir de seus benefícios no futuro. Constatamos que o discurso oficial procura se mostrar indignado com o quadro em que se encontram os aposentados com o sistema atual. No entanto, na visão dos aposentados, o projeto de Emenda Constitucional nº 20/98 que cria a obrigatoriedade de cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e, também, o aumento da alíquota das cobranças dos servidores públicos da ativa, na visão dos aposentados, só aumentariam as dificuldades com que se defrontam. Assim, a visão predominante é de que o discurso oficial é demagógico, verificando-se, na prática, que o governo vem prejudicando os aposentados:

“Foi uma das maiores ‘cachorradas’ que esse presidente inventou. Nem aquele desgraçado do Collor de Melo fez tanta coisa ruim com os aposentados, como esse tá, Fernando Henrique. Será que o presidente não teria outra saída para essa crise, ou ele viu que seria a melhor maneira de arranjar dinheiro mais fácil. Às vezes, eu fico pensando, o que fez o presidente com tanto dinheiro arrecadado. Não tem dinheiro que chegue nas mãos do presidente, pois ele só vive falando na crise financeira, no tal ajuste fiscal, e vive planejando para aprovar muitos projetos, que só prejudicam os funcionários e aposentados. Não se vê nada de melhoria. Só se vê, é muito massacre e arrocho salarial. Não sei aonde vai esbarrar tudo isso. Espero um dia que esse quadro mude e a gente possa viver mais despreocupado.” (entrevistado nº 8).

Diante dos resultados do trabalho de campo com os aposentados, ficou evidenciada uma insatisfação unânime, acerca do projeto de emenda constitucional que cria a contribuição previdenciária para os inativos. Todos os aposentados, sem exceção, vêem como uma grande injustiça.

“ O procedimento do Presidente com estas medidas, além de inconstitucional é desumano, mas ele insiste.” (entrevistado nº 1)

“ Se o governo vem e tira uma parte de nossa aposentadoria em contribuição, o que vai acontecer é que muitos aposentados vão ficar cada vez mais na miséria” (entrevistado nº 02)

“O governo FHC acha pouco a imensidão de impostos em que o cidadão brasileiro vive ‘atolado’, e ainda arranja mais esse” (entrevistado nº 3)

“Vejo uma coisa dessas como uma das maiores injustiças ocorridas, no governo Fernando Henrique”

Para os entrevistados, a emenda não é justa para o aposentado, que além de ganhar tão pouco, ainda teria que repassar parte de seu benefício. Reconhecem a medida como inconstitucional e desumana. Mostram-se indignados, principalmente, pelo fato de o governo não procurar outras alternativas para sanear o déficit previdenciário, que não passem pela penalização de sua qualidade de vida.

Para os aposentados investigados, essa política de cobrança de tributo poderia ser revista sem passar por um maior empobrecimento do servidor público aposentado:

“O que o governo faz com a cobrança de tributo é um absurdo. Em minha vida de trabalho e de aposentado, jamais vi tamanho absurdo. Com a política desse governo, cada vez mais, o aposentado sofre. Tenho muita despesa: alimentação, remédios e outras coisas. Se o governo tira parte de nossa aposentadoria, em contribuição, muitos aposentados vão ficar na miséria. A gente ficando mais velho, precisando de remédio, a aposentadoria diminui e o preço dos remédios sobe cada vez mais. “A coisa vai preta” (entrevistado nº 2)

Reinold Stephanes vê a crise fiscal do Estado como um problema macroeconômico crucial do Brasil, reconhecendo a crise da Previdência Social como parte dessa problemática. Mostra, ainda, que só a reforma da previdência possibilitaria reduzir o déficits que cada ano vem aumentando e que conseqüentemente no futuro ocasionará uma total desestruturação do sistema. Focaliza, também, em seu discurso, a questão da necessidade da reforma previdenciária como uma solução para minimizar a crise fiscal do aparelho do Estado.

Para Luiz Carlos Bresser Pereira, a reforma do Estado é uma tarefa que precisa do apoio de diversos setores da sociedade brasileira, e atinge os níveis municipal, estadual e federal. Bresser frisa que, na modificação constitucional referente à reforma do aparelho do Estado, os temas relativos à Previdência Social são fundamentais, pois visam um menor custo para os cofres públicos que em um futuro próximo, beneficiará a todos os aposentados.

O conteúdo das entrevistas revela uma ampla rejeição dos aposentados a esses argumentos dos representantes governamentais que insistem em mostrar que a reforma da Previdência, com todas as emendas constitucionais sugeridas, seria a melhor saída para a melhoria de qualidade de vida dos aposentados do serviço público.

*“Se o Presidente tivesse fazendo essa reforma, sem querer prejudicar tanto aos aposentados, até que eu poderia apoiar ele”
(entrevistado nº 8)*

“O que o homem quer é acabar com todos os direitos dos cidadãos, principalmente dos aposentados” (entrevistado nº 3)

Sobre a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados, mesmo após a aposentadoria, é bem expressivo o depoimento de um dos entrevistados:

“Vejo como uma extrema crueldade desse governo. Acho desnecessária, pois já que pagamos, por tantos anos, e ganhamos o direito de depois nos aposentarmos, não vejo nenhuma necessidade dessa cobrança. Esse governo está totalmente perdido, sem mais saber o que fazer. Um homem desse podendo dar graças a Deus, em estar novamente no poder da presidência, e agradecer o povo brasileiro com políticas de amparo social, fica é aí querendo acabar com todos os direitos sociais do povo brasileiro, pois do jeito que ele está fazendo, a sociedade brasileira vai criar um verdadeiro pavor por ele. Se o presidente não colocar os pés no chão, ele vai acabar se dando mal. Eu acho que ele está muito confiante em saber que o povo brasileiro é um povo bonzinho, mas ele não vá se confiando muito, ainda mais quando ele mexe com os militares. E como ele quer cobrar contribuição previdenciária até dos aposentados militares, ele precisa tomar muito cuidado e andar com muitos seguranças, porque do jeito que vai, qualquer hora a coisa pode mudar”. (entrevistado nº 10)

O depoimento acima é significativo por resumir vários aspectos que estão presentes nas críticas dos aposentados à forma como o governo adota medidas, sob a alegativa de serem necessárias para o ajuste de contas do governo, sem atentar para as injustiças sociais advindas desses ajustes. Os aposentados têm a exata noção de que o governo não cumpre seu papel como agente promotor da justiça e de "amparo social". Os aposentados do Brasil demonstram um sentimento de desamparo, mas ao mesmo tempo, demonstram insatisfação, e um sentimento de dignidade ferida.

Sobre a política da reforma da previdência, os entrevistados acreditam que o governo vai prejudicar muita gente. No entanto o nível de participação do segmento dos aposentados, diante dessas mudanças é mínimo, restringindo-se mais a acompanhar pelos meios de comunicação o que o governo pretende implantar. Segundo eles, mesmo que a medida estabeleça que só os aposentados que percebem acima de seiscentos reais arquem com a contribuição a repercussão nos níveis de qualidade de vida seria grande:

"Difícilmente podemos encontrar uma pessoa aposentada dizendo que o salário está satisfazendo suas necessidades financeiras." (entrevistado nº 10)

Os sujeitos ouvidos demonstram, em sua fala, uma insatisfação que canalizam para a figura do Presidente da República. Assim, para eles, a mudança de governo seria benéfica. Tal visão pode ser um indicativo da forma como o aposentado avalia como se delineiam as políticas públicas no Brasil, formatadas segundo os interesses de oligarquias majoritárias no parlamento, prescindindo da participação ativa dos sujeitos sociais, que, via de regra, se colocam como "pacientes" dessas políticas, que sofrem

seus efeitos. A figura do 'salvador da pátria' como saída para os problemas sociais seria intercalada com uma esperança mística de que os desígnios de Deus possam atuar para minimizar as dificuldades, impostas pelas políticas públicas em suas vidas:

"O que precisamos é de um outro presidente que tenha vergonha, acabe com esse" lenga-lenga", melhore as coisas, porque do jeito que vai, ninguém vai agüentar. A cada dia, a situação piora prá nós. O dinheiro não dá mais prá enfrentar o mês. Esse presidente quer acabar com todos nós. Ele parece viver morrendo de raiva dos aposentados, nem parece que é um, e ganhando tanto dinheiro. O problema de FHC é que ele não vive somente da aposentadoria, tem outras fontes de renda. Será que, se ele fosse um aposentado, comum de nós, ganhando uma miséria ele iria gostar Quem é que gostaria de viver na miséria?. O presidente nem se lembra, que foi um dos maiores privilegiados do serviço público, porque ao contrário de nós, que passamos mais de trinta e cinco anos para se aposentar, ele em pouco tempo de trabalho se aposentou. Para finalizar, o que sei, é que só Deus poderá ter piedade de nós todos, principalmente de nós aposentados . (entrevistada nº 7).

A questão social no Brasil traz um envolvimento diversificado de vários aspectos, com um forte peso de fatores econômicos, é uma questão complexa que se define pela multicausalidade.

E diante deste quadro, os aposentados tornaram-se um problema para os cofres públicos, diante das dificuldades na administração da folha de pagamento do setor público. Os governantes parecem não encontrar uma solução capaz de ajustar as despesas sem que gere tanto impacto social, como a contribuição dos inativos.

O discurso oficial, insiste em mostrar que está procurando possibilidades de construção de uma vida digna, por intermédio de proteção social aos cidadãos, em especial aos aposentados do setor público, através das mudanças que foram aprovadas e outras que deseja implantar. É um discurso que esconde a sujeição do governo brasileiro aos órgãos internacionais de ajuda financeira, que condicionam o auxílio que emprestam, a uma intensa política intervencionista que fere a soberania dos países submetidos e deixa de levar em conta o rastro de injustiças sociais que tais ajustes implicam.

As medidas adotadas, geralmente, perfilam-se ao rol de exigências impostas pelos órgãos internacionais, como necessárias ao alinhamento do país ao receituário neoliberal, que sob a justificativa de implantar ações de racionalização das despesas públicas, “desmontam” direitos e conquistas construídas historicamente pelos trabalhadores.

Por isso, a Emenda que prevê a contribuição dos inativos, mesmo pautada na justificativa de viabilizar a continuidade do Sistema Previdenciário, reaviva no cenário social brasileiro a tendência histórica da elite política brasileira de mitigar direitos da população, numa franca opção de exacerbar a exclusão social, com o objetivo de preservar seus direitos.

O embate acaba sempre acontecendo, menos para resolver os problemas encontrados pelo sistema previdenciário e mais pela luta dos aposentados em garantir direitos mínimos em contraposição a uma elite dominante que teimar em aumentar seus privilégios. Em referência a esta questão, Silva (1995:251) mostra que:

“O Congresso vem sempre aprovando a elevação do salário de alguns aposentados, e depois vem o executivo veta o aumento, sob a alegação de que previdência não dispõe de recursos em caixa para arcar com os novos valores dos benefícios previdenciários desse aumento. As próprias medidas do governo, em alguns momentos, tornaram-se argumentos contrários à premeditada insolvência dos sistemas que vinha sendo anunciada.”

A posição de um entrevistado, diante da emenda constitucional que prevê a contribuição previdenciária bem revela um aspecto comum na fala dos aposentados: o sentimento de injustiça que advém da maneira como é praticada política previdenciária no Brasil:

“Vejo como a pior forma que o governo federal usou para encher mais ainda os cofres públicos. O governo Fernando Henrique Cardoso acha pouco a imensidão de impostos que o brasileiro vive atolado, e arranjou mais esse. Eu fico preocupado é que FHC ainda tem mais de três anos para governar o país. Será quei nesse tempo todo, ainda vai ter aposentado para contar a história? Acho que com essa política, de tomar tudo do povo não vai sobrar aposentado que possa contar história, pois se não morrerem de fome, morrem do coração.” (entrevistado nº 3).

Uma constatação nas entrevistas a grande maioria dos aposentados entrevistados tem noção de que a política adotada pelo governo é voltada para o estrangeiro, seguindo os ditames do Fundo Monetário Internacional – FMI quando dita receitas econômicas ao nosso país, que repercutem nas políticas públicas, acelerando o seu desmonte:

“Vemos o presidente indo para o exterior resolver os problemas do país, mas parece que ele vai é arranjar é mais problema. O Fundo Monetário Internacional tomou conta da política brasileira. Tudo que ele quer, o Fernando Henrique Cardoso faz. Se o FMI acha que os aposentados estão dando prejuízo ao Brasil, ele manda o FHC acabar com os aposentados e aí ele acaba mesmo. Não tem como o governo recuar, pois a dívida do Brasil com o exterior, principalmente com os Estados Unidos é muito alta, e cada vez mais tem aumentado.”(entrevista n^o3)

O contraponto para essas visões surge na posição do governo que considera de importância fundamental para a questão de saneamento do déficit público, seguir o receituário dos órgãos financeiros internacionais, especificamente o FMI. Tem-se aí uma considerável distância entre a visão do governo e a visão de uma parte expressiva da sociedade civil.

O atual Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, vem trabalhando política e tecnicamente no intuito de implantar medidas e aprovar o projeto de lei da reforma, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Para tanto, tem procurado mostrar à população, a importância da reforma, discurso que não encontra eco no seio da população que, então, luta no âmbito da justiça, derrubar a cobrança. Essa batalha governoXservidores é retratada pela imprensa:

“Os servidores ativos, inativos e pensionistas dos órgãos federais no âmbito do Estado do Ceará, estão desobrigados provisoriamente da cobrança da contribuição previdenciária. O juiz federal da 5ª vara da seção judiciária do Ceará, Antônio Carlos de Martins Melo concedeu liminar, no último dia 17 de maio, determinando a suspensão do desconto previdenciário dos proventos dos servidores e aposentados públicos” (Jornal ‘O Povo’, de 21.05.1999)

A batalha judicial que se trava entre povo e governo, em torno das medidas de ajuste do modelo previdenciário, é um poderoso indicativo do grau de insatisfação dos aposentados quanto à forma e aos critérios adotados na elaboração das referidas medidas.

O sistema de proteção social brasileiro* vem passando por diversas modificações de níveis estruturais que priorizam um modelo econômico voltado para geração de lucro, dentro de uma visão ancorada no ideário neoliberal. Assim, o sistema de proteção social acaba penalizando as pessoas que já cumpriram seu quinhão de trabalho e contribuição: Essa penalização dos aposentados é uma dimensão perversa da questão social brasileira contemporânea.

Cumprindo um segundo mandato conquistado com muitas promessas de melhoria dos problemas sociais, o Presidente Fernando Henrique Cardoso segue antenado a uma política neoliberal de mundialização da economia, de privatização, de enxugamento da máquina oficial, que já se antecipava em seu discurso de posse:

“Em seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso prometeu cortar despesas de Estados e Município, acelerar a aprovação de reformas e gastar menos com funcionários e aposentados do serviço público” (Revista Veja: 14.10.1998)

Mesmo fazendo modificações na lei que procuram minimizar os efeitos das reformas para os aposentados, com estabelecimento de tetos mínimos para a incidência da contribuição sobre as aposentadorias, a Reforma encontra resistência e indignação, mesmo diante de notícias que procuram esclarecer a população quanto aos seus efeitos:

“A Reforma da Previdência, ora em debate, inclusive prevê em seu novo texto que ficam isentos os inativos que ganham menos de seiscentos reais (RS600,00), os inválidos e os que tem menos de setenta anos e ganham menos de três mil reais (RS 3.000,00). Entre os demais, a alíquota será progressiva. Os mesmos percentuais serão aplicados para os servidores da ativa” (Diário do Nordeste: 21.01.1999)

A mensagem encontra resistência, principalmente, junto aos setores políticos progressistas e ao movimento sindical, causando um embate que poderia ter maior repercussão junto à sociedade civil organizada. Enfatiza o Deputado Federal Pimentel:

“Hoje, mesmo depois de aprovada e promulgada a Emenda Constitucional número 20, da reforma da Previdência, o que observamos é uma grande desinformação acerca do alcance dos prejuízos que as novas medidas trarão, principalmente para os aposentados do setor público.” (Pimentel, 1999: 27)

Ainda na visão de Pimentel, o governo FHC, com sua Emenda Constitucional pretende retirar, acrescentar e alterar normas que regem o sistema previdenciário brasileiro, especialmente no que diz respeito às aposentadorias. A pretexto de sanar a crise permanente da Previdência, os atuais governantes querem “ ajustar ” todo o sistema às suas próprias políticas e projetos de poder, através de mudanças na Constituição Federal, como avalia Pimentel,1999:9)

“Os trabalhadores devem se preparar para uma nova realidade que passou a vigorar no dia quinze de dezembro de 1998, com a promulgação da reforma da Previdência. Depois de três anos, oito meses e vinte e dois dias de tramitação, a proposta de reforma da Previdência foi aprovada. O resultado é bem mais ameno do que o pretendido pelo Governo, quando mandou em setembro de 1995, a primeira proposta de alteração das regras atuais de aposentadoria, mas mesmo assim, as mudanças causam enormes prejuízos a todos que trabalham e vivem de salário”

As mudanças, após a reforma, suprimem vários direitos e torna mais difícil o exercício de outros tantos, particularmente no que se refere à aposentadoria, como nos mostra, ainda, a avaliação de Pimentel (1999:10)

“Suprime vários direitos e torna mais difícil o exercício de outros tantos, particularmente, no que se refere à aposentadoria. Além disso, impõe novos ônus aos segurados na tentativa de viabilizar- como já ocorreu em alguns países latino-americanos- a privatização da Previdência Social no Brasil.”

É de fundamental importância que a sociedade tome consciência da perspectiva e do significado social da Reforma da Previdência Social.

O esforço realizado neste trabalho é o de traçar um esboço da percepção do inativo do serviço público sobre a questão previdenciária e sua qualidade de vida, em confronto com o discurso articulado pelo governo diante das medidas implantadas para modificar o sistema previdenciário. Para auxiliar na construção desse quadro, no sentido de dar-lhe feições mais delimitadas, utilizamo-nos além das entrevistas, de questionários que objetivassem em dados, o posicionamento dos aposentados quanto às questões levantadas. Apresento, aqui, determinados aspectos que considero relevantes para o estudo em pauta.

Ficou evidente o alto nível de desinformação por parte dos aposentados, quanto a aspectos políticos e sociais determinantes de suas condições objetivas de vida. Entre os entrevistados, 65% não tinham noção do que seria o termo previdência, e os 35% restante, tinham pouca familiaridade com o termo. A abordagem da questão só foi permitida ou facilitada quando era utilizada a analogia com a expressão INPS. (antigo nome do Sistema de Seguridade no Brasil).

Sobre o conhecimento de como ficaria a situação dos aposentados públicos, após a Reforma da Previdência, cerca de 78% dos questionados não faziam idéia de como ficaria sua situação após a Reforma e 12% só sabem algo sobre sua situação, no que diz respeito ao que está inserido na Emenda Constitucional número 20, que prevê a contribuição previdenciária dos inativos.

Quanto à percepção dos benefícios, 60% dos interrogados percebem entre zero a três salários mínimos ; 16 % de 7 a 10 salários e apenas 8% ganham acima de 10 salários mínimos.

O grau de satisfação quanto à remuneração recebida também foi investigada e 40% consideram o valor do benefício ruim, ou seja, abaixo do necessário para responder às necessidades básicas, 12% acharam bom, ou seja daria para responder às necessidades básicas e apenas 1% considerou que a remuneração é ótima, suficiente para proporcionar condições dignas de vida.

Foi avaliada a reação do aposentado, no que se refere ao Projeto de Reforma da Previdência que cria a contribuição para os inativos, e 100% dos interrogados consideraram injusta a cobrança, e por conseqüência, a Reforma. Assim, a política de reformas do governo de FHC foi assim avaliada: 64% dos entrevistados a consideram ruim pois trazem prejuízos para a qualidade vida dos aposentados, 32% acham que a política do governo é regular, ou seja tem aspectos negativos, mas seriam necessárias para "salvar" a Previdência e apenas 4% consideraram boas, pois beneficiariam a todos, ou seja, os que já dependem do sistema e as gerações futuras que neles irão ingressar.

Quanto às fontes de rendas dos inativos, 64% dependem de outras fontes para o sustento da família e é este último dado- revelador da incapacidade dos benefícios percebidos pelos aposentados de garantir-lhes uma vida digna, que tem apoiado o conjunto de ações de entidades progressistas organizadas como a Central Única dos Trabalhadores, O Partido dos Trabalhadores, os movimentos sindicais, em geral. Todos, integrando uma frente ampla de defesa dos trabalhadores ativos e inativos, acionando parlamentares, e entidades da sociedade civil com o objetivo de realizar um debate amplo em torno da Reforma Previdenciária, com vistas a resgatar uma condição digna de vida para os que dependem do sistema previdenciário.

Tal movimento, no entanto, só será efetivo em seu alcance , se conseguir engajar a sociedade como um todo, em especial o segmento atingido por estas medidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado do esforço no sentido de traçar o percurso das principais transformações ocorridas no Sistema Previdenciário no Brasil, no processo de reformas que vem marcando o Estado no âmbito do ajuste estrutural.

De fato, a história da Previdência Social no Brasil reflete o embate político travado entre os trabalhadores, governo e políticos num jogo complexo com implicações políticas sociais e econômicas.

No atual cenário brasileiro de Reforma da Previdência, a fala dos aposentados tece um discurso indignado, mas vigoroso, que revela a situação em que se encontram nossos aposentados. Em verdade, é uma situação que os leva a uma identidade social que beira à marginalidade com francos reflexos para sua auto-imagem e auto-estima. Não raro, se autodenominam como: “pobres”, “coitados”, “doentes”, “fracos”, adjetivos que longe de desenharem o perfil de um aposentado digno, espelham a situação de trabalhadores inativos submetidos a um sistema previdenciário incapaz de retribuir o que recolheu desses indivíduos:

“Hoje, Ave Maria, é uma vergonha o salário que se recebe, pobre do aposentado vai sofrer mais.” (entrevistado n°2)

“Com essa política desse Presidente, Fernando Henrique Cardoso, o aposentado só vai ter mesmo o direito de morrer, talvez nem o direito de se enterrar vai Ter, porque o salário não vai dar nem para comprar o caixão. É triste a pobre a situação, de nós aposentados.” (entrevistado nº 3)

A realidade econômica brasileira, fruto de um sistema econômico concentrador e excludente e de várias e frequentes crises econômicas e de uma história de autoritarismo é extremamente marcada pela desigualdade e injustiças sociais. O sistema previdenciário não ficou imune a este quadro e não tem sido capaz de funcionar como sistema efetivo de proteção social dos cidadãos brasileiros.

A estrutura populacional e o potencial produtivo brasileiro permitiria um sistema de proteção social brasileiro que funcionasse efetivamente, realizando o seu mister de proporcionar vida digna às pessoas que já pagaram com sua parcela de suor e esforço ao país.

Concordo com os analistas e estudiosos que sustentam que a saída para a situação que hoje se apresenta, é a construção de uma Previdência Social de forma democrática e participativa, que aglutine as forças e os interesses da coletividade dos trabalhadores. Mudanças impostas por decretos e reformas, tecidas nos gabinetes oficiais, estarão sempre distantes de atender às necessidades do trabalhador.

O capitalismo, no contexto brasileiro, tem sido pródigo em multiplicar a produção, gerar lucros, mas perverso quando se trata de distribuir o que é produzido e os resultados sempre beneficiam ao capital. O trabalhador tem sempre sua parcela subtraída e isto foi construído historicamente. Para construir uma realidade diferente é necessário mudar o modelo de gestão da Previdência, que, necessariamente passa pela participação popular, pela ação política, pelo exercício da cidadania.

As crises da Previdência estão ligadas a razões, não só de natureza econômica, mas, inegavelmente, tem, também, forte determinação ideológica. No atual cenário do capitalismo globalizado, as modificações nos sistemas de proteção social em todo o mundo têm um colorido do ideário neoliberal, que para fugir das características do socialismo, sem deixar de organizar os fluxos de capital gerados pela atividade produtiva e atender às reivindicações dos trabalhadores, precisou manter mecanismos de proteção social.

O neoliberalismo, impondo redução de gastos sociais, agrava a crise nos sistemas previdenciários. Com isso, aumentam as reivindicações dos trabalhadores em busca da defesa de direitos conquistados, como a seguridade social, o que só será possível com a luta pela diminuição do avanço do neoliberalismo com seus valores individualistas e excludentes.

No entanto, dentro da lógica do Estado, no percurso de ajuste à nova ordem do capital, a manutenção de mecanismo de proteção social tem gerado na dica oficial, assim, imbuídos da lógica do mercado, os governos adotam a alternativa de dificuldades de atender às demandas previdenciárias, forçando o surgimento de um novo "nicho mercadológico" para o capital: as previdências privadas. Neste sentido, declara:

“A privatização da Previdência Social não é uma saída global para o envelhecimento das populações. Se cresce o número de idosos, é inevitável que cresça também a demanda por gastos sociais. Não existe nenhuma mágica contra isso. Com Previdência pública ou privada não muda a relação cada vez mais estreita entre trabalhadores ativos e idosos. Quando propõem a privatização da Previdência Social, os neoliberais não estão demonstrando nenhuma preocupação ou generosidade com o conjunto dos idosos, estão recomendando que cada um deles se vire individualmente.” (Araújo, 1995:13)

Explorar e trabalhar, essa visão neoliberal do trabalhador busca saídas individuais para sua velhice.

A gestão previdenciária realmente democrática deverá ter um modelo colegiado, que contemple representantes da classe trabalhadora, para que toda sociedade possa responder solidariamente pelos que não podem mais trabalhar e que, também, tem direito de usufruir de uma vida digna.

O Brasil tem um mercado informal que se aglutinado à formalidade dará uma nova feição ao setor previdenciário brasileiro, sem falar nos excluídos do mundo do trabalho que se assimilados pelo sistema produtivo seria um dinamo para a economia brasileira e conseqüentemente para o seu sistema de proteção social.

O discurso oficial prioriza os aspectos atuariais, os custos implícitos no sistema solidário de previdência. A Reforma da Previdência, contudo, será insuficiente para atacar o déficit estrutural das contas do governo e traz itens que penalizam a já combatida remuneração dos aposentados e pensionistas: o fim da aposentadoria integral, a contribuição dos inativos, o rebaixamento do teto de benefícios, tais medidas são vistas com apreensão e, às vezes, até desespero, pela maioria dos aposentados.

O governo prega a necessidade de reformar o sistema previdenciário, por considerar que o atual modo de retribuição não daria segurança àqueles que estão aposentados e àqueles que hoje contribuem e que esperam usufruir de seus benefícios no futuro. De fato, o que se destaca na análise dos estudiosos progressistas da questão da Previdência Social é a sanha da ofensiva neoliberal, no sentido de minimizar a participação do Estado, para transformar em atividade lucrativa, até mesmo as tarefas básicas do Estado voltadas para o bem estar social, como reforça Araújo:

“O Neoliberalismo pode sim ser freiado em nosso continente. Mas para isso é necessário uma mudança de postura muito grande da esquerda. Não podemos nos opor às reformas econômicas e sociais, pois, assim, estaríamos defendendo a ordem conservadora atual. Muito menos, podemos concordar com uma política propositiva tímida, que transmite o projeto neoliberal” (Araújo, 1995: 12)

“Como não existe nenhuma ameaça iminente à continuidade do capitalismo, as forças conservadoras e anti-reformistas estão muito fortalecidas política e ideologicamente. No passado, a Previdência Social foi utilizada por determinadas elites como instrumento de manutenção da ordem. Hoje, ela está em franca contradição com a ordem neoliberal, baseada nas teses de Estado Mínimo, redução de impostos e cortes nos gastos sociais, etc. Mesmo as elites social-democratas, que tiveram um importante papel na implantação do sistema de proteção social, estão cedendo quase todo. A social-democracia, correndo historicamente pragmática, está cada vez mais parecida com o neoliberalismo.” (Araújo, 1995:18)

O estudo efetuado neste trabalho, mostrou, com clareza, que as condições proporcionadas pelo atual sistema previdenciário não satisfazem os aposentados.

Sob os discursos bem articulados do Ministério da Previdência Social se esconde a intenção de desarticular o Instituto da Previdência deixando-o à mercê dos grandes grupos privados de seguridade, como destaca o Sindicato dos Previdenciários:

“O modelo adotado pela nova estrutura segue o estabelecido recentemente nos processos de privatização dos sistemas elétrico e telefônico” (SINPRECE, 1999)

A perspectiva de mudanças, advindas com uma reforma previdenciária, que possa atingir conquistas e direitos já assegurados, deixa os aposentados apreensivos. Percebemos que dessa apreensão nasce mais o desespero e o medo, que o germe de uma ação política que possa mudar os rumos dessas medidas.

Apesar dessa realidade, a participação da sociedade nessas mudanças necessita ser deflagrada com maior intensidade. Via de regra, a grande maioria de nossos inativos assistem passivamente ao desenrolar dos acontecimentos.

Segundo o movimento sindical, a única maneira de mudar o rumo das mudanças implantadas e a implantar seria o engajamento dos servidores públicos, aposentados e sociedade civil em geral, numa discussão radical das propostas implantadas ou acenadas pelo governo, bem como a elaboração de uma propositura nascida no seio da própria sociedade.

Para discutir a Reforma Previdenciária, além das dificuldades geralmente encontradas nos debates políticos de nosso país, tem-se um dificultador adicional: a complexidade do tema. Mas é um assunto que não podemos nos dar ao luxo de ignorar, pois atinge direta ou indiretamente, a todo o povo.

Encontramos, em nosso trabalho, um maioria de inativos que desconhece seu sistema de proteção social: não sabe como funciona e só teme as consequências das possíveis mudanças, mas que não sabe que instrumentos e mecanismos pode utilizar para introduzir-se e participar dos debates, das mudanças.

Por isso a discussão deste assunto dever ser estimulada e revigorada na Universidade, e deve gerar um reflexão que ultrapasse os muros da Academia para alcançar toda a sociedade. Clarificando questões, aumentando o nível de compreensão da sociedade como um todo que permita aos sujeitos participarem das ações necessárias à ação política e social nessas questões. Posicionamo-nos na linha de pensamento que defende Araújo (1995:19):

“Todo cidadão precisa de uma cobertura solidária do Estado e da sociedade nos eventos de doença, invalidez, morte, velhice, maternidade, desemprego involuntário, acidente do trabalho, etc. A privatização de tais serviços significa o aprofundamento da exclusão social.”

A exclusão social tem sido o resultado das chamadas reformas que, sob a justificativa da necessidade de corrigir as distorções fiscais e econômicas existentes, têm imposto prejuízos à população em geral.

A posição de Araújo sobre as mudanças nos sistemas de promoção social destaca a dimensão de exclusão que apresentam essas reformas:

“Caracterizamos não como reformas, mas como contra-reforma, as mudanças que vem sendo promovidas pelo neoliberalismo na ordem social e econômica. Isto porque, as reformas, tal como as entendemos, são medidas que ampliam a cidadania e a inclusão social. Já as políticas neoliberais vão em

sentido contrário: cortando direitos e ampliam a exclusão social. O sistema de proteção social surgiu e desenvolveu-se no final do século passado e início deste século na luta contra o liberalismo. Sua continuidade depende, hoje, do enfrentamento determinado do neoliberalismo, corrente política saudosa da época em que os trabalhadores não tinham direitos trabalhistas e sociais.” (Araújo, 1995:19,20)

A Reforma da Previdência coloca-se, no discurso oficial como necessária e única alternativa para saneamento dos cofres públicos, na verdade, engendra maior arrocho aos aposentados já espoliados pelo sistema.

O principal resgate deste trabalho é o resgate feito da voz dos aposentados, pois deixou clara a insatisfação de todos quanto ao modo como tem sido tratados pelo sistema previdenciário, modo que nega a dimensão de cidadania desses indivíduos e esquece a função de promover a inclusão social de todos os cidadãos.

ANEXOS

ENTREVISTA Nº 1

Entrevista realizada no dia 5 de dezembro de 1999, com o senhor Erotildes Sousa de Oliveira, brasileiro, natural de Tenatú – Ceará. Aposentado com Militar tendo trabalhado no 5º Batalhão.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, primeiramente, eu queria saber como o senhor poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as necessidades básicas de sobrevivência?

Sr Erotildes Sousa de Oliveira: Na realidade, para mim mesmo, eu não estou sentindo tanta necessidade financeira, porque sou uma pessoa que sempre controlei meus gastos, e o que devemos fazer, diante de toda essa crise financeira é economizar o máximo possível. Só assim, agente pode ir levando nosso salário até poder receber o próximo, o que estou ganhando com minha aposentadoria, se fizer um pouquinho de esforço agente leva numa boa. Como minha família não é muito grande e meus dependentes não tem muito luxo, assim tudo pode dar certo. É claro, eu reconheço que pra muita gente a coisa não tá muito boa. Tem muita gente necessitada, gente, às vezes que nem uma aposentadoria desse que recebo, se quer tem. A minha estratégia de sobrevivência se fundamenta no controle dos gastos não fazendo gastos desnecessários. O que acontece também com muita gente, é essa questão do gasto desnecessário. Gente que, além de ganharem uma

micharia, ainda vivem gastando com um horror de besteiras, tudo o que vê quer comprar. Também tem o negócio de comprar a prazo. Eu conheço gente que tem a mania de comprar fiado, às vezes, tem até o dinheiro, no bolso, mas como já está tão viciado em comprar fiado, que não pode resistir. Pois o meu amigo, pra mim o negócio é economizar, só assim tudo ficará melhor para todos.

Clemente: Você poderia me explicar o que os governantes estão procurando fazer, para melhorar o salário dos aposentados do serviço público?

Sr. Erotildes Sousa de Oliveira: Me desculpe amigo, mas é uma pergunta onde estou achando que muitas respostas vão ser iguais a minha. Digo isso porque, não existe uma pessoa que esteja assistindo rádio, televisão, lendo jornais, e não saiba o quanto esse presidente não está fazendo absolutamente coisíssima, nenhuma, pelo contrário ele está procurando desfazer tudo o quanto foi feito de bom para os aposentados na constituição federal de 1988. Só essa coisa dele querer cobrar INPS de gente que passou a vida trabalhando, mostra pra todo mundo a sua política destrutiva de direitos sociais, principalmente, os dos aposentados, públicos.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, o que o senhor está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sr Erotildes Sousa de Oliveira: Eu estou achando isso muito errado, pois não é justo que o aposentado, além de ganhar tão pouco, ainda ter de entregar do pouco que ganha, uma parcela importante no sustento da sua família. O procedimento do Presidente com estas medidas, além de inconstitucional é desumano, mas ele insiste. Ele não procura outra alternativa. O que ele deveria fazer era procurar um meio de solucionar esse problema sem ter de mexer no salário do pobre aposentado. Para o aposentado tirar do seu salário uma parte, significa desestruturar a programação de despesas feita durante o mês. Também vemos como essa política do presidente deixa muita gente revoltada, e uma revolta justa.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, o Sr. procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sr Erotildes Sousa de Oliveira: O que vejo, hoje, são muitos aposentados procurando fazer qualquer tipo de trabalho extra, para uma maior participação no sustento de suas famílias. Não dá mais pra ficar de braços cruzados e de ficar se maldizendo das desgraças que estão acontecendo, em nosso país. Se a pessoa é aposentada recebe um salário que não dá pra aguentar o mês todo gastando dinheiro, o certo mesmo seria se alguns aposentados estão em boas condições financeiras, é claro que eles não vão mais se cansar trabalhando novamente, mas como a maioria dos aposentados vivem em condições precárias de sobrevivência, o certo mesmo é, ir à luta. Eu,

particularmente tenho um táxi, na praça e o que ganho com minha aposentadoria, juntado com o que eu ganho em minhas corridas de táxi dá pra passar folgado. Mas eu reconheço a situação de muitos aposentados sem um mínimo de condições para poder trabalhar. Muitos velhos aposentados que com suas aposentadorias não está dando nem pra comprar seus remédios.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, como o senhor vê, o trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sr. Erotildes Sousa de Oliveira: O que ocorre, é que nosso presidente da República Fernando Henrique Cardoso, está procurando um meio de mexer com a Constituição Brasileira de 1988. Ele quer mudar quase tudo com a Constituição. E o que se pode notar, acabar com uma grande maioria dos direitos sociais garantidos, por muito tempo, principalmente os garantidos na constituição 88. O problema do presidente é a estabilidade da moeda, outra coisa aquele homem não vê na frente dele, é só salvar o real. E para salvar o real, principalmente, os que ganham o salário-mínimo de fome. O homem não tem pena de pobre, quer mesmo é acabar com tudo. Também o que está acabando com os planos políticos dele é esse FMI, porque quando ele foi eleito ele prometeu muita coisa para a população brasileira, só que o FMI não deixa ele fazer nada pelo social, ou melhor o FMI manda o presidente fazer tudo contra o social. O presidente Fernando Henrique Cardoso está pensando que existe, ainda muita gente abestada, no país. mas o

Sr Erotildes Sousa de Oliveira: Eu estou achando isso muito errado, pois não é justo que o aposentado, além de ganhar tão pouco, ainda ter de entregar do pouco que ganha, uma parcela importante no sustento da sua família. O procedimento do Presidente com estas medidas, além de inconstitucional é desumano, mas ele insiste. Ele não procura outra alternativa. O que ele deveria fazer era procurar um meio de solucionar esse problema sem ter de mexer no salário do pobre aposentado. Para o aposentado tirar do seu salário uma parte, significa desestruturar a programação de despesas feita durante o mês. Também vemos como essa política do presidente deixa muita gente revoltada, e uma revolta justa.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, o Sr. procurará outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sr Erotildes Sousa de Oliveira: O que vejo, hoje, são muitos aposentados procurando fazer qualquer tipo de trabalho extra, para uma maior participação no sustento de suas famílias. Não dá mais pra ficar de braços cruzados e de ficar se maldizendo das desgraças que estão acontecendo, em nosso país. Se a pessoa é aposentada recebe um salário que não dá pra aguentar o mês todo gastando dinheiro, o certo mesmo seria se alguns aposentados estão em boas condições financeiras, é claro que eles não vão mais se cansar trabalhando novamente, mas como a maioria dos aposentados vivem em condições precárias de sobrevivência, o certo mesmo é, ir à luta. Eu.

particularmente tenho um táxi, na praça e o que ganho com minha aposentadoria, juntado com o que eu ganho em minhas corridas de táxi dá pra passar folgado. Mas eu reconheço a situação de muitos aposentados sem um mínimo de condições para poder trabalhar. Muitos velhos aposentados que com suas aposentadorias não está dando nem pra comprar seus remédios.

Clemente: Sr Erotildes Sousa de Oliveira, como o senhor vê, o trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sr. Erotildes Sousa de Oliveira: O que ocorre, é que nosso presidente da República Fernando Henrique Cardoso, está procurando um meio de mexer com a Constituição Brasileira de 1988. Ele quer mudar quase tudo com a Constituição. E o que se pode notar, acabar com uma grande maioria dos direitos sociais garantidos, por muito tempo, principalmente os garantidos na constituição 88. O problema do presidente é a estabilidade da moeda, outra coisa aquele homem não vê na frente dele, é só salvar o real. E para salvar o real, principalmente, os que ganham o salário-mínimo de fome. O homem não tem pena de pobre, quer mesmo é acabar com tudo. Também o que está acabando com os planos políticos dele é esse FMI, porque quando ele foi eleito ele prometeu muita coisa para a população brasileira, só que o FMI não deixa ele fazer nada pelo social, ou melhor o FMI manda o presidente fazer tudo contra o social. O presidente Fernando Henrique Cardoso está pensando que existe, ainda muita gente abestada, no país, mas o

peçoal agora está criando vergonha e deixando mais de ser besta. Se eu fosse o presidente pensaria melhor, e não faria tanta barbaridade com o povo, pois do jeito que ele está fazendo, qualquer hora pode surgir uma revolta doida ai, e tudo pode acontecer no país. A coisa está séria. Ele diz que tudo está bem, como é que tudo pode ficar bem desse jeito. O salário do funcionário não sobe, não sobe o aposentado, mas sobe o combustível direto, lá é brincadeira só esse ano quantas vezes subiu o combustível, ele começou subindo a gasolina, óleo diesel e o gás de cozinha. Tudo bem o dólar tinha ganhado valor, em cima do real. Ai ele podia explicar que o aumento era por causa dos preços do petróleo dependia do cambio com o real desvalorizando o mesmo. Mas como é que esse homem pode explicar o aumento do preço do álcool se ele é fabricado, aqui mesmo no Brasil. O certo é que a política governamental do presidente está toda perdida, ou seja, sem controle.

ENTREVISTA Nº 2

Entrevista realizada, no dia 5 de dezembro de 1999, com o Sr. José Vinicio Moreno, brasileiro, natural de Quixeramobim, aposentado do serviço público, como comissário da polícia civil, no estado do Ceará.

Clemente: Sr. José Vinicio Moreno, eu gostaria de saber, inicialmente, como o Sr. Poderia explicar, em que condições a sua remuneração recebida, estariam satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência ?

Sr. José Vinicio Moreno: Pra começar, eu não sei nem como é que a gente pode sobreviver com uma miséria dessa, que o governo, Tasso Jereissati está nos pagando. O governo Tasso* deixou o salário da polícia com uma defasagem muito grande. É por isso que tem tanta gente roubando na polícia, tanto civil, como militar.

Só se ver é notícia de gente grande na polícia envolvidos em roubos, tráfico de drogas, prostituição e envolvimento com outras coisas erradas, na sociedade. O comando da polícia está se transformando num dos maiores ladrões. Trabalhei durante trinta anos na polícia civil, lá no prédio de furtos e roubos, mas tanta corrupção como estou vendo hoje, jamais eu tinha visto. Lá no prédio da Ordem Social, na furtos e roubos, antigamente, a maioria dos policiais tinha vergonha, e não andavam se envolvendo, com tanta roubalheira, como agora.

Clemente: Você poderia me explicar o que o governador do estado do Ceará, Tasso Jereissati está procurando fazer, para melhorar o salário

dos policiais civis e conseqüentemente o dos aposentados da policia civil.

Sr. José Vinício Moreno: Eu não estou vendo esse homem fazer nada, o que sei, é que hoje, só se ver é todo mundo reclamando do salário que se recebe. Como é que pode, um soldado aposentado da policia civil ganhar duzentos reais, o que é que um homem desse vai fazer, com um dinheiro tão pouco desse. É por isso que tá todo mundo roubando na policia, é o grande, é o pequeno. Ora o soldado da policia militar, o agente da policia civil vêem os grandões, coronéis, comandantes, delegados e outros com maiores patentes todos roubando, ai também vai roubar. Ainda mais que, ele vai comparar seu salário com os outros que são maiores, e ai eles vão constatar, se eles que ganham tanto dinheiro estão fazendo isso, não vou fazer. Não é brincadeira, esse homem (governador), já vai indo para cinco anos, que não fala nem em aumentar nossos salários. Eu não posso entender o que diabos é isso. O que está acontecendo, com a administração do estado, está se transformando em um verdadeiro absurdo, hoje. O Tasso nem dá aumento a seus funcionários e aposentados, e ainda se vê comentários que tão cedo, em seu mandato ele não vai dar aumento de jeito nenhum. Me lembro que, antigamente, era muito bom. Eu estava ganhando, mais ou menos, naquela época uns quinhentos mil reais, por mês. Era um dinheiro medonho. Eu comprava tudo que queria, vivia muito, mais folgado do que hoje. Me lembro que na época em que entrei na policia, há uns quarenta anos atrás, ganhava uns oitocentos

mil reis. Era uma cédula de quinhentos mil reis, mais uma de duzentos mil reis e outra de cem mil reis. Era muito dinheiro, hoje, Ave Maria é uma vergonha o salário que se recebe.

Clemente: Sr. José Vinício Moreno, o que o Sr. Está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria ?

Sr. José Vinício Moreno: O que o governo está fazendo com essa política de cobrança de tributo é um verdadeiro absurdo, olha que durante toda minha vida de trabalho, ativamente, e também todo esse tempo, que tenho de aposentado, jamais, eu tinha visto falar em tanto absurdo. Com essa política desse governo cada vez mais, o pobre do aposentado vai sofrer mais. Já tenho tanta despesa com alimentação, remédios e muitas outras coisas. Se o governo vem, e tira uma parte de nossa aposentadoria, em contribuição, o que vai acontecer é que muitos aposentados vão ficar cada vez mais, na miséria. A gente cada vez vai ficando mais velho e conseqüentemente precisando de comprar remédio, com essa aposentadoria diminuindo e o preço dos remédios subindo cada vez mais a coisa vai ficar preta. E agora, doente do coração, hospitalizado, precisando, até mesmo de uma pessoa para me acompanhar, em meu enternamento, não me vejo em condições financeiras de pagar uma pessoa, pois no hospital, me acompanhando cobra de dez reais prá lá.

Clemente: Sr. José Vinício Moreno, o Sr. Procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família ?

Sr. José Vinício Moreno: Ora, se a gente for esperar só pela aposentadoria, a coisa não fica muito boa prá gente. Temos que arranjar qualquer coisa para se conseguir mais um dinheirinho, para ajudar, em nosso sustento e de nossa família. Eu, coitado, como estou muito doente do coração, não posso mais fazer nenhum tipo de trabalho, pois meu médico disse que preciso fazer uma cirurgia, em meu coração e não posso fazer nenhum tipo de esforço. O que me salva é um casal de filhos que tenho, pois sempre eles^z vem em minha casa e sempre me dão qualquer tipo de ajuda.

Clemente: Sr. José Vinício Moreno, como é que o Sr. Está vendo o trabalho do presidente, Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na Previdência Social.

Sr. José Vinício Moreno: Esse negócio de reforma da previdência para mim está muito confuso. Ninguém sabe mais como é que está. Todo dia muda uma coisa, não sei como é que vai ficar uma coisa dessa. Só sei que, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu, realmente mexer com o funcionalismo e os aposentados, nesse negócio de cobrar o INPS. Sendo funcionário aposentado do estado, estou um pouco, em dúvida das novas mudanças. Não sei, se as normas do governo federal,

Fernando Henrique Cardoso vai obrigar ao governo estadual, Tasso Jereissati a cumprir, rigorosamente com as leis federais. O Tasso está mostrando que está acompanhando o mesmo caminho do governo Fernando Henrique, pois, até mesmo, o salário congelado do funcionalismo federal passa para o funcionalismo estadual. O Tasso não dá mais aumento para ninguém, e o que só se vê é roubo por todo canto. Rouba coronel, sargento, soldado. Ninguém sabe mais quem é ladrão. O governo com essa política vai acabar fazendo com que a polícia seja a principal causa do medo para a população brasileira. É coronel envolvido com tráfico de droga, e o governo não toma providência com coisa nenhuma. Eu não sei como é um negócio desse, esse homem (F.H.C.) é demais, só fala nesse negócio de baixar juros, e é só, viajando e dizendo que tudo está bem, mas só é conversa. O país está cada vez mais uma esculhambação. O que vemos são as mercadorias subindo de preços, e o salário dos aposentados nunca pode acompanhar esses aumentos, pois são freqüentes. Como é que vai ficar isso, se esse governo continuar com essa política. O salário do aposentado, principalmente que está doente, só dá mesmo, e às vezes, nem dá, só para sobreviver.

ENTREVISTA Nº 3

Entrevista realizada no dia 6 de dezembro de 1999, com o senhor, Antônio de Sousa Amorim, brasileiro, natural de Maracanaú – Ceará. Aposentado do serviço público federal, na Rede Ferroviária Federal, atualmente chamada de C.B.T.U. (Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

Clemente: Sr. Antônio de Sousa Amorim, eu gostaria de saber, inicialmente, como o Sr. Poderia explicar, em que condições a sua remuneração, estariam satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência ?

Sr. Antônio de Sousa Amorim: Primeiro, eu queria explicar sobre, em que condições, consegui minha aposentadoria. Eu poderia está em piores condições financeiras, caso eu tivesse me aposentado pela (R.E.F.S.A.), mas como eu era ex-combatente tive o privilégio de me aposentar pelo Ministério dos Transportes. Isso foi muito significativo, pois o Ministério dos Transportes tem o salário muito melhor do que o da R.E.F.S.A. mas como a pergunta é sobre a minha satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, diante do salário que recebo, não posso dizer que está bom. Reconheço que o que ganho dá para ir sobrevivendo, mas dizer que está tudo bem, não posso. O presidente deixou nosso salário sem aumento esse tempo todo. Ele diz que está tudo estável, mas eu não sei que estável é esse que ele fala, pois os combustíveis vivem aumentando, gasolina, óleo diesel, gás de cozinha, e até mesmo o álcool que não estava subindo, vive aumentando de preço. Parece que enquanto o preço do álcool não igualar o da gasolina

esse homem não sossega. O que vejo é meu salário diminuir, a cada dia e, conseqüentemente meu poder de compra diminuindo. É uma verdadeira covardia desse governo.

Clemente: Queria que o senhor, Antônio de Sousa Amorim me explicasse o que os governantes estão procurando fazer para melhorar o salário dos aposentados ?

Sr. Antônio de Sousa Amorim: rapaz, isso é lá pergunta que você faça, não vê que esse homem, quer é acabar com tudo: funcionários, aposentados, e tudo que dá despesa para o governo. Como é que ele vai procurar aumentar salário de aposentado, se é o bicho que ele tem mais raiva. Eu não sei que diabo é que ele tem* mais raiva, se é do aposentado ou é do funcionário público. O aposentado, de hoje, ainda pode fazer alguma coisinha. Mas eu acredito que o pobre do aposentado, de amanhã, com essa política desse presidente, Fernando Henrique Cardoso, só vai Ter mesmo o direito de morrer, talvez nem o direito de se enterrar vai Ter, porque o salário não vai dar nem para comprar o caixão. É triste a pobre da situação, de nós aposentados. O homem quer ver o cão, e não quer ver um aposentado perto dele, pedindo melhoria de salário. Mas o que podemos fazer se até mesmo os funcionários que estão em plena força de trabalho, produzindo pelo país não estão mais podendo fazer mais nada. Eu não sei, o que é que esse homem tem de tão poderoso. Os próprios funcionários vivem morrendo de medo de perder o emprego, já não podem mais nem fazer greve, que o governo ameaça botar prá fora. Já pensou, se os

aposentados falassem. Em fazer greve, que coisa boa seria para o governo. Só assim o governo ia conseguir se livrar de muitos aposentados, pois ele ia deixar muitos aposentados morrer de fome. Isso caos a greve fosse de fome.

Clemente: Sr. Antônio de Sousa Amorim, o que o Sr. Está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria ?

Sr. Antônio de Sousa Amorim: Isso vejo como a pior forma, que o governo federal procurou usar para poder encher mais ainda os cofres públicos. O governo Fernando Henrique Cardoso está achando pouco a imensidão de impostos em que o cidadão brasileiro vive atolado, e ainda arranjou mais esse. Eu fico preocupado é que o governo Fernando Henrique Cardoso, ainda tem mais de três anos para governar o país. Será que daqui esse tempo todo, ainda vai Ter algum aposentado para contar essa história ? Eu acho que com essa política de toma tudo do povo, daqui alguns anos não vai sobrar nenhum aposentado que possa contar qualquer história, pois se não morrerem de fome, vão morrer do coração. Meu rapazinho, está virando bagunça, será que já não basta todo esse sofrimento que o povo brasileiro está passando com o desemprego, falta de moradia, e também esse imposto que vive tomando o dinheiro do povo que tem conta corrente, esse tal de C.P.M.F.(Contribuição para Movimentação Financeira). Isso é o maior roubo que esse governo inventou. Na época, que esse tal de C.P.M.F. foi criado o seu destino era para ajudar na saúde do povo

brasileiro, mas ele só está servindo é para o governo lançar essa verba para tampar roubos feitos pelo próprio governo. O governo está fazendo exatamente o contrário do que faz aquele rapaz que chamam de Robin Hood, pois Robin Hood tira dos ricos e distribui com os pobres, e o governo Fernando Henrique Cardoso tira dos pobres e dá para os ricos, e ainda faz pior, dar para os ricos do exterior.

Clemente: Sr. Antônio de Sousa Amorim, o Sr. Procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro para uma maior participação no sustento da família ?

Sr. Antônio de Sousa Amorim: Devido essa péssima situação em que ficou muitos aposentados, eu acho muito difícil àquele aposentado que não procura um meio de faturar um dinheirinho extra. Creio que, somente àqueles aposentados que se encontram muito doentes é que não procuram exercer qualquer um tipo de atividade extra. Eu graças a Deus, ainda tenho um pouco de saúde e procuro no jogo de bicho uma forma de ganhar meus trocadinhos extras. O jogo de bicho é uma atividade que não precisa de tanto esforço para realizar, e ainda mais é uma atividade prazerosa, e além de tudo deixa um lucro até bonzinho para o cambista, ou seja, o que faz o jogo de bicho. Conheço muitos aposentados que procuram meios de ganhar dinheiro extra. Tem deles que vão ser até jardineiro. Outro dia me encontrei com um colega meu da repartição que, hoje está fazendo? Vendendo picolé, nas ruas para ganhar mais um dinheirinho.

Clemente: Sr. Antônio de Sousa Amorim, como é que o Sr. Está vendo o trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma na Previdência Social ?

Sr. Antônio de Sousa Amorim: Eu acho que, um pouco dessa pergunta eu respondi, em respostas anteriores nesta entrevista, mas vou frisar, mais ainda, a minha revolta com a política desse nosso presidente. O presidente Fernando Henrique Cardoso faz tempo que quer acabar com os aposentados, os pobres dos velhinhos indefesos. A gente vê o presidente indo para o exterior resolver os problemas do país, mas parece é que ele vai arranjar é mais problema. Esse F. M.I. (Fundo Monetário Internacional), tomou conta da política brasileira, tudo que ele quer o presidente Fernando Henrique Cardoso faz. Se o F.M.I. acha que os aposentados estão dando prejuízo ao Brasil, ele manda o governo F.H.C. acabar com os velhinhos e ele acaba mesmo. Não tem como o governo recusar, pois a dívida do Brasil com o exterior, principalmente com os Estados Unidos é muito alta. O que vemos é a privatização tomando conta do país. A dívida externa cada vez mais aumentando. Os direitos dos funcionários sendo diminuído, os dos aposentados nem se fala. O governo F.H.C. faz tudo para aprovar seus projetos. Tem dinheiro para resolver os seus problemas políticos, mas nunca tem dinheiro para pagar direitos dos funcionários e aposentados. Sempre que tem uma causa na justiça favorecendo funcionários e aposentados ele diz que não tem dinheiro e não paga. Não tem nenhum poder maior que ele que possa obrigá-lo. O homem quer é acabar com todos os direitos do cidadão brasileiro.

ENTREVISTA N° 4

*Entrevista realizada no dia 5 de dezembro de 1999, com a senhora,
Tereza Leal Maia, brasileira, natural de Fortaleza – Ceará.*

Aposentada do serviço público federal, como Agente Administrativo no Ministério da Saúde.

Clemente: Sra., Tereza Leal Maia, eu gostaria de saber inicialmente, como a senhora poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sra. Tereza Leal Maia: O que tenho a dizer, Clemente é o seguinte: Eu nunca fui uma pessoa que soubesse controlar o meu salário, mesmo na época em que eu estava em pelo vigor de minha profissão. Mas o que ocorre é que tenho de sustentar três filhas e um filho, todos estudantes, e aí sai muito caro pra gente. Outra coisa sou uma mulher separada de meu marido, e ele não tem um trabalho, com isso não posso confiar na sua ajuda. Tenho que me virar sozinha. O pior é que meus filhos estão numa idade, em que exigem muito de mim para satisfazer suas necessidades financeiras, e aí você viu. Três filhos pagando colégio, caro como estão, e ainda ter que ter dinheiro para dar a eles. Sei que o que fiquei recebendo com minha aposentadoria, não é tão pouco, mas devido o meu gasto ser grande às vezes antes de chegar o fim do mês tenho que comprar fiado, na mercearia alimentos, também pedir um dinheirinho para poder atravessar o resto do mês.

Clemente: Você poderia me explicar o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, está fazendo para melhorar o salário do funcionalismo público?

Sra. Tereza Leal Maia: Hê Clemente, esse nosso Presidente veio de encomenda. Ele não quer dar nem nosso aumento. Aumento que a gente recebia, todo ano. Você se lembra, naquele tempo a gente tinha uma data-base de aumento, não sei se você lembra, era no mês de janeiro. Era batata todo mês de janeiro a gente receber um aumento. Pelo menos, agente tem o privilégio de não receber o salário atrasado, como tem muita gente por ai recebendo. O que ainda está salvando muito a nossa barra, já pensou além dele pagar uma micharia desta e ainda atrasado, seria uma desgraça, meu amigo tu não tá vendo que esse homem já está é querendo tirar dinheiro da gente, com essa história de descontar INPSS depois da aposentadoria, como é que esse homem vai dar aumento pra gente. Quem estiver pensando numa coisa dessa está ficando é doido. O mais, que ele pode fazer para diminuir nosso salário, ele vai fazer. Só penso é agora, no final do ano. Ainda tenho que comprar tantas coisas, e também matricular meus filhos nos colégios, e tu sabia que eles vão subir os preços das mensalidades dos colégios. Eles só não sobem o nosso salário, mas a gente ver tudo subindo, nas vistas claras. Só Deus mesmo é que vai ter pena da gente, porque esse ai não tem pena de ninguém não, se ele pudesse ele mandava matar era todo mundo.

Clemente: Sra. Tereza Leal Maia, o que a Sra. está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sra. Tereza Leal Maia: O que se vê é cada vez nosso salário perdendo o seu poder aquisitivo. Já não está dando mais pra muita coisa, avali diminuindo como o Presidente quer. Mas o povo só presta é na peia mesmo, não votaram de novo nele, o povo é muito sem vergonha, quanto mais apanha mais quer. É mesmo que puta ruim só presta na peia, assim é o povo brasileiro. Ele começa descontando a previdência para aqueles que ganham, mais ou menos. E vai terminar descontando, até mesmo a previdência de quem ganha o mísero salário mínimo, vocês vão ver, se o que estou dizendo não é verdade, é só pagar pra ver.

Clemente: Sra. Tereza Leal Maia, a Sra. procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sra. Tereza Leal Maia: Clemente, graças a Deus, eu tenho saúde para poder arranjar um trabalho extra, e poder juntar com minha aposentadoria para passar melhorzinho. Você sabia Clemente, que é o que muita gente está fazendo. Eu conheço muita gente que está se virando com qualquer coisa, tu é doido, tem gente até no meio da rua pedindo esmola, porque vê que o salário da aposentadoria não dá pra sobreviver. Tem muito aposentado agora é vendendo Poupa Ganha e Sortudão, menino a gente vê cada aposentado inventado coisa pra fazer, às vezes eu acho é graça dessa arrumação. É mais, hoje feliz do pobre do aposentado que ainda tem um pouquinho de saúde para fazer alguma coisa, pois tem muito aposentado, por aí, que não pode fazer alguma coisa pois tem muito aposentado por aí, que não pode fazer mais nada. Tem deles que só vive, coitado é doente.

Clemente: Sra. Tereza Leal Maia, como é que a Sra. está vendo o trabalho do Presidente, Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sra. Tereza Leal Maia: A política da reforma da previdência do Presidente só vai complicar a vida de muita gente, como a categoria dos aposentados, e também dos funcionários públicos, pois só essa coisa de contribuição previdenciária para os inativos e o aumento da contribuição dos da ativa, vai provar que não vamos ver, depois de aprovado essa emenda, muitos aposentados e servidores contentes. O que vamos ver, ou seja, já estamos vendo por todo canto e aposentado e funcionários públicos, totalmente descontentes com tal medida. É só a gente imaginar, quem é que fica satisfeito vendo o seu salário ser reduzido, ainda mais, sendo reduzido de uma forma tão inesperada como essa. Eu trabalhei por muito tempo no serviço público, mas essa questão de descontar INPS de aposentado, só agora, depois desse longo período de luta trabalhando é que eu estou vendo, parece coisa do fim do mundo. Será que não estamos mesmo no fim do mundo?

ENTREVISTA Nº 5

Entrevista realizada, no dia 7 de dezembro de 1999, com o Sra. Irene Fará Dutra, brasileira, natural de Fortaleza-Ceará, aposentada no serviço público estadual, do Colégio Joaquim Nogueira, situado na Rua Amadeu Furtado em Fortaleza-Ceará.

Clemente: Sra. Irene Fará Dutra, eu gostaria primeiramente de saber, como a senhora poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência ?

Sra. Irene Fará Dutra: A minha aposentadoria não chega nem a dois salários mínimos, mas com esse jeitinho brasileiro, que nós temos da prá ir levando o barco, às vezes, num sei como vai. O importante é a gente sempre ver a realidade do mundo em que vivemos, e procurar sempre estar com os pés no chão, o importante é não querer gastar mais do que a gente ganha. Uma família organizada e disciplinada favorece ao bom controle em uma casa. Temos que fazer de tudo para não fazer muito. Eu graças a Deus sou uma pessoa controlada, moro só, mas meu vei, nunca tivemos filho, meu vei tem uma aposentadoria, também é pouca, é menos que a minha. A aposentadoria de meu véi é só o salário mínimo limpo e seco. Mas a gente controlando dá até mesmo, para a gente de vez em quando dá uma viajadinha, é muito bom a gente viajar, mas como as coisas estão difíceis, a gente só pode ir aqui e acolá. Eu sou uma mulher muito econômica, não deixo nada se perder, se sobrar alguma comida no almoço, eu guardo sempre na geladeira para a janta, ou mesmo para interar o almoço do outro dia. Meu véi é

que, as vezes, gosta de gastar muito, mas eu vivo dizendo a ele que as coisas estão difíceis e ele e acolá me escuta, e assim a gente vai levando como Deus quer.

Clemente: Eu queria que senhora Irene Fará Dutra, me explicasse o que os governantes estão fazendo para melhorar o salário dos aposentados ?

Sra. Irene Fará Dutra: simplesmente nada, pelo contrário, está fazendo é tudo para diminuir o salário da gente, e lá brincadeira, esse presidente, depois de um ano vem dar seis reais de aumento para o salário mínimo. Eu acho que ele está é fazendo hora com toda população brasileira. Não sei como é que ele ainda está dando esse aumento para o salário mínimo, eu acho que ele vai fazer com o salário mínimo o mesmo, que está fazendo com o salário dos funcionários público, e aposentados público não dar mais aumento, ele não tem vergonha de vim par televisão e dizer que tudo está bem, vive dizendo que o país está numa situação estável, eu não sei direito nem o que ele quer dizer com isso, é só o que ele diz, tá tudo estável, estável está é as ventas dele, aquele cabra safado. Um dia desse ele estava na televisão dando entrevista, e perguntaram pra ele, o que é que ele faria com um salário mínimo, e ele ainda foi dizer pra pessoa que fez a pergunta: que pergunta besta é essa ? aquele bicho sabe, que não se pode viver somente recebendo um salário mínimo. ainda mais as pessoas que não tem uma casa pra morar. É, muita gente tem que se pegar é com reza mesmo, porque se for esperar por melhoras vindas desse aí, nós todos vamos é passar fome mesmo.

Clemente: Sra. Irene Fará Dutra, o que a senhora está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria

Sra. Irene Fará Dutra: graças a Deus, eu estou fora dessa, tanto eu como meu véi, porque estou sabendo que vão cobrar o INPS, só para os aposentados que ganham mais de seiscentos reais, e juntando a minha aposentadoria, mais a de meu véi, não chega nem aos pés desse montante, mas um dia desse, eu estava falando com meu véi, esse Fernando Henrique vai acabar também conseguindo criar alguma lei, para poder descontar o INPS dos aposentados que ganham o salário mínimo. Eu não acho muito difícil. Eu não sei porque é que ele não quer mexer com os deputados. Eu acho que ele só não mexe porque são tudo farinha do mesmo saco. Tudo são um bando de sem vergonha, só se reúnem em Brasília para fazer o mau para aqueles mais fracos. O bicho ruim !

Clemente: Sra. Irene Fará Dutra, a senhora procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento da família ?

Sra. Irene Fará Dutra: Ora, se eu vou esperar só por essa aposentadoria, graças a Deus como a minha profissão no colégio, era merendeira consegui aprender fazer comidas gostosa. Atualmente tenho minhas encomendinhas de salgadinho, as vezes, aparece um aniversário e me chamam para enfeitar bolos. Eu além de gostar de fazer essas coisas, ainda ganho o meu trocadinho. Tanto eu como meu véi fazemos o que pudemos para ir arranjando um dinheiro extra. Meu véi também não gosta de ficar parado não. Taí, agora no final do ano,

aliás todo final de ano, meu vêi é que ajeita nossa casinha. O vêi é danado. Pinta as paredes, conserta o telhado, ele faz tudo que pode, não vá pensando que a gente vai gastar o dinheiro à toa com qualquer coisa não. Sempre chega alguém, aqui em casa pedindo para meu vêi fazer qualquer coisa. Eu também, sempre vem gente, aqui atrás de encomendar alguns salgadinho, e eu estou é pegando. Hoje, do jeito que está eu acho que só quem não tem condições mesmo, não procura fazer alguma coisa extra. Eu acho, só mesmo quem está muito doente ou tem muita preguiça, porque não é tempo da gente cruzar os braços e ficar sempre se maldizendo da vida, como muita gente faz, mas acho que isso é de gente sem vergonha e preguiçosa. A gente tem é que trabalhar mesmo, levantar a cabeça e dizer sempre que tudo está as mil maravilhas.

Clemente: Sra. Irene Fará Dutra, como é que a senhora está vendo o trabalho do presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma na previdência Social ?

Sra. Irene Fará Dutra: Pelo que estou vendo na televisão, vai prejudicar muita gente, ainda mais os aposentados que ganham mais uma coisinha. Eu só quero que eles não vão mexer é com o salário mínimo. Porque o pobre do salário já é mínimo se mexer nesse pobre como é que não vai ficar. Eu acho que de mínimo vai ficar o nome desse jeito: salário nenhum, é só o nome que ele vai ganhar se mexerem nele. O que todo mundo está sabendo é que o presidente tá

querendo mudar tudo. A gente não pode confiar nele. Eu já até ouvir na televisão uma mudança que ele quer fazer no salário do aposentado, é um tal de fator previdenciário. Eu não sei direito o que é isso. Eu só sei que do jeito que esse presidente está, não pode ser lá boa coisa.

ENTREVISTA Nº 6

Entrevista realizada no dia 7 de dezembro de 1999, com o senhor, Raimundo Victor de Lima, brasileira, natural de Fortaleza – Ceará. Aposentado do Serviço Público Federal, no D.N.E.R. (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens), vinculado ao Ministério de Transportes.

Clemente: Sr. Raimundo Victor de Lima, primeiro quero saber, como o Sr., poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sr. Raimundo Victor de Lima: Cumpade Clemente, quando o presidente José Sarney saiu do Governo, isso lá pra 1989, meu salário chegou pra mais de dez salários mínimos, o que aconteceu foi o seguinte: de 90 pra cá eu perdi, quanto deixa eu ver, o salário mínimo já subiu de 95 pra cá, já subiu umas cinco vezes e o meu salário de 95 pra cá está congelado. É como você sabe, desde que o Fernando Henrique Cardoso entrou no Governo, ele não deu nada de aumento pra nós. Quer dizer, parece que eu perdi, quase 90 reais com isso. Eu digo isso, porque sempre vinculei meu salário com o salário mínimo. A respeito de satisfação do salário, eu acho que tem muita gente insatisfeita. Veja porque, tem muita gente clemente, que se ganhar dois mil reais por mês, se não tiver um controle, ela vai gastar os dois mil, e ainda poderá, talvez até mesmo pedir dinheiro emprestado. Já tem

gente que ganha muito menos que isso, mesmo com a mesma quantidade de filhos para sustentar, ainda consegue guardar um dinheiro que sobra do orçamento. Eu acho que esse negócio de gastar mais do que ganha é gente procura ter um padrão de vida, acima do que as suas condições financeiras permite. O que eu acho que é tudo relativo, o meu salário consegue atravessar o mês, porque eu sou um homem controlado, e sempre procurei andar com meus pés no chão.

Clemente: Se possível quero que o Sr. Raimundo Victor de Lima, me explique o que os governantes estão procurando fazer, para melhorar o salário dos aposentados?

Sr. Raimundo Victor de Lima: Eu posso dizer que eles estão fazendo é uma covardia, o que a gente ver é quase todas as repartições públicas sucateadas. O Fernando Henrique Cardoso, meu colega Clemente, está acabando com tudo. Eu reconheço que ele começou bem, mais agora o pouco que agente está ganhando é graças esse congelamento de salário, lançado por ele. Clemente esse homem está gastando rios de dinheiro, para que todos os seus projetos sejam aprovados. Você não viu, lá em Brasília ele está reformando tudo, o palácio do planalto está a coisa mais linda do mundo. Ele vai continuar tentando conseguir simpatia daqueles que estão dificultando a aprovação de todos os seus projetos. O homem tá comprando tudo. Mais você sabia clemente, que aconteceu uma coisa inesperada, no Mato Grosso do Sul, lá o governo passou, para o partido dos trabalhadores, e parece que ficou foi pior, os salários dos funcionários estão todos atrasados. O 13º salário nem se

fala por lá. Hoje ninguém sabe o que fazer tá como o ditado: se correr o bicho pega se ficar o bicho come. Eu acho que se o Lula entrasse no poder, a coisa não ia ficar as mil maravilhas que todos pensam, ia ser era muito pior, talvez até mesmo uma guerra civil o país enfrentaria.

Clemente: Sr. Raimundo Victor de Lima, como você está vendo a cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sr. Raimundo Victor de Lima: Além de todos os impostos, pensando no bolso do contribuinte, agora mais esse, porque eu vejo a contribuição previdenciária aos aposentados e o aumento da contribuição dos que estão na ativa, vai se transformar num maior imposto já visto em nosso país. Ele tem uma política chamada do toma, toma do pobre, toma da classe média, só não toma do grandão porque virou seu principal aliado. Você sabia Clemente que ele, agora em janeiro, vai começar a trabalhar na calada da noite. Vai dar uma boa gratificação aos deputados que em seguida irão votar todo seu projeto de eliminação do funcionalismo e dos aposentados.

Clemente: Sr. Raimundo Victor de Lima, o Sr. procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento da família?

Sr. Raimundo Victor de Lima: Como você tá vendo Clemente tem esse pequeno depósito de construção. O que acontece é o seguinte: se fosse só a minha aposentadoria a coisa estaria preta para o meu lado; e

também se fosse só esse depósito estaria do mesmo jeito, preta também, o que sei é a aposentadoria está muito defasado e se agente não cuidar vai se acabar. Esse negócio de construção é como maré, só que a maré só vive mais seca. Esse comércio só vende mais no final do ano. Agora está mil maravilhas, o pessoal está com o 13º no bolso, assim que acaba o 13º acaba toda a folia, e normalmente volta a crise da falta de dinheiro que toma conta do Brasil. Só se vê a gente chorando miséria e dizendo que o dinheiro recebido não dá mais prá nada, o problema está na raiz do povo brasileiro. Esse povo é misturado de mais. Tem gente de todo jeito, aqui no Brasil tem um bocado de gente ruim, agente, às vezes, nem pode mais ganhar um dinheiro extra, que vem ladrão de todo lugar e rouba nosso dinheiro. É o que vemos todos os dias roubos por cima de roubos, não se pode mais procurar outro tipo de viração que os olhões estão em cima da gente só esperando uma oportunidade de assaltar.

Clemente: Sr. Raimundo Victor de Lima, como é que o senhor, está vendo o trabalho do presidente, Fernando Henrique Cardoso em sua política de reforma, na previdência social?

Sr. Raimundo Victor de Lima: O que ocorre na previdência é um verdadeiro roubo, eu acho quem acaba a previdência é aquele povo do palácio facilitando todo o tipo de roubo. Todo mundo rouba a previdência, médico, hospitais, repartições do INSS, todo mundo que meter a mão nessa mina de ouro. Todos sabem quanto é grande a arrecadação na previdência, por isso é que muita gente mete a mão.

Vocês não viram aquele caso da advogada chamada Jorgina, ela quase rouba o dinheiro todo da previdência, viajou pra todo canto, gastou, ou até mesmo escondeu muito dinheiro da previdência, mas nada de grave foi feito com ela. O problema do Brasil é que ele, para esses casos de corrupção ainda leis muito brandas. A prova é essa os maiores ladrões da previdência são, em grande maioria advogados. Parece que pelo fato deles saberem que a lei é muito branda, ai eles empurram o pai a roubar. Estando o país com um grande rombo na previdência como é muito difícil resgatar o dinheiro roubado por esses advogados, o Governo procura tirar de uma maneira mais fácil. Como é o caso da contribuição dos aposentados da ativa. O Governo deve dizer isso, se aqui é mais fácil porque vou procurar caminhos mais difíceis.

ENTREVISTA Nº 7

Entrevista realizada no dia 8 de dezembro de 1999, com a senhora, Laura Maciel de Oliveira, brasileira, natural de Ipú – Ceará. Aposentada do serviço público.

Clemente: Sra., Laura Maciel de Oliveira, primeiro quero saber como a Sra. poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sra. Laura Maciel de Oliveira: Eu não estou de jeito nenhum satisfeita com a coisa como está ficando, só se vê é todo mundo chorando, está uma coisa horrível, esse dinheiro que estou ganhando só não está de forma alguma satisfazendo minhas necessidades básicas de sobrevivência. Eu fico doente, com uma situação desse todo mundo necessitado. É muito difícil de se ver uma pessoa dizendo que está bem de vida, só se vê é gente se maldizendo, chorando miséria, tá uma coisa seríssima, eu acho que esse mundo esta esmo é perto de se acabar, o que me chateia é porque trabalhei tanto, pra ser mais precisa, por mais de trinta anos, para poder se aposentar, agora com uma miséria dessas, que você recebe por mês e não dá nem para a gente pagar o que está devendo, é horrível isso, é cruel. Ainda mais: sou uma mulher muito doente, sempre estou precisando de ir ao médico, e como todo mundo sabe, além da gente não ter sempre o dinheiro do transporte

para ir ao médico. Agente sofre muito, marca consulta, pra às vezes mais de um mês, pra quem está quase morrendo, ainda ter de esperar um mês, é ruim demais pobres dos aposentados que ganham pouco, o dinheiro não está dando nem pra comprar comida, avaliar comprar remédio isso, é só pros aposentados ricos que ganham muito e podem.

Clemente: Você poderia me explicar, o que os governantes estão fazendo para melhorar o salário dos aposentados do serviço público?

Sra. Laura Maciel de Oliveira: Eles não estão fazendo coisíssima nenhuma só estão fazendo coisas ruins para o pobre do aposentado. O que estou achando mesmo é que eles querem tirar dos aposentados é para cobrir todo esse rombo do INPS. Não estão fazendo é nada para ajudar os aposentados. Querem é destruir agente mesmo. Ora veja bem ficam os governantes todos roubando quando não tem mais de onde eles roubarem, eles apelam pra tudo, e agora os coitados dos velinhos é que vão pagar o pato. Eu não sei, como é que eles ainda não fizeram uma lei para exterminar os velhos, porque é só no que eles pensam. Nós somos um peso horrível no orçamento do governo o que ele poder fazer pra cortar qualquer tipo de gasto, ele vai fazer, aquele homem é um covarde podendo procurar briga com um do eu nível, vai procurar maltratar os pobres indefesos dos velhos que não podem fazer nada.

Clemente: Sra. Laura Maciel de Oliveira, o que a Sra. está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sra. Laura Maciel de Oliveira: Ave Maria, eu já vivo é morrendo de medo dessa conversa, que coisa essa os pobres dos aposentados, além de já ganharem tão pouco, só vivem assim amedrontados com tanta conversa ruim. Só aparece o que não presta pra gente, Deus me livre que eles consigam mesmo, descontar alguma coisa de uma coisa que já é tão pouco. Se esse Presidente, já não quer mais dar aumento de jeito nenhum, pelo menos ele deixe como está e não vá mais inventar de descontar de nosso salário, coitado tão pouco que já é. O melhor que esse presidente podia fazer era procurar como cobrar impostos de quem realmente tem de onde tirar. É muito engraçado, ele parece que não quer mexer é com os grandes deputados, senadores, ministros gente que está ficando com o dinheiro do país. Sim cadê o dinheiro das coisas que ele vendeu, o que foi que ele fez com todo aquele dinheiro, pois só o que a gente vê dizer é que o país não vai muito bem, porque deve muito. Como é que agente pode entender uma coisa dessas.

Clemente: Sra. Laura Maciel de Oliveira, a Sra. procura um outra maneira de ganhar mais um dinheiro, para uma participação no sustento de sua família?

Sra. Laura Maciel de Oliveira: De maneira nenhuma posso encontrar outra forma de conseguir ganhar mais um dinheiro extra. Sou um mulher, hoje muito doente e não posso mais trabalhar. Eu agora só posso contar com a ajuda da aposentadoria de meu vei, e às vezes um filho que me ajuda em alguma coisa. Estou muito doente para ir atrás de qualquer serviço para melhorar minha renda. O jeito que tem é se

conformar com essa migalha que o governo está pagando, e rezar muito para que o coração desse Presidente se abra para sentir o clamor da situação dos aposentados, ainda mais aqueles aposentados que ganham tão pouco como muitos que tem espalhado, por este país afora.

Clemente: Sra. Laura Maciel de Oliveira, como é que a Sra. está vendo o trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sra. Laura Maciel de Oliveira: Não vejo o Presidente fazer muita coisa. Não estou achando nada de bom. Os governos só sabem é falara muito, e também prometerem muito, eles são artistas nisso. Só sabem é mentir pra todo mundo. E com toda essa leñga-lenga, acabam não resolvendo nada. O que nós estamos precisando é de um outro Presidente que tenha vergonha e procure melhorar as coisas porque do jeito que estão ninguém vai mais agüentar. A cada dia que passa, a situação vai piorando prá nós, mei dinheiro não dá pra nada. Esse Presidente que é acabar com todos nós. Ele parece que morre de raiva dos aposentados, nem parece que é um, e um que ganha tanto dinheiro. O que vejo é que ele não vive só da sua aposentadoria, ele tem milhares de fontes de renda será que se ele fosse um aposentado, como um de nós, ganhando uma miséri como agente, ele ia gostar? Tá na cara que não, quem é que gostaria de viver, na miséria, só um louco mesmo se prestaria a isso. O presidente nem se lembra que ele foi um dos maiores privilegiados do serviço público, porque ao contrário de nós que passamos mais de trinta anos para se aposentar, ele em pouco

tempo de trabalho se aposentou, e se comparado, o salário dele com os demais aposentados que ele quer sacrificar vamos ver que é uma verdadeira aberração a diferença. Para finalizar o que sei é que só Deus poderá ter piedade de todos nós, principalmente os aposentados.

ENTREVISTA Nº 8

Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 1999, com a senhora, Maria Angela Melo Mendonça, brasileira, natural de Fortaleza – Ceará. Aposentada no serviço público federal, como Auxiliar de Enfermagem, pelo Ex-INAMPS, agora encorpado ao Ministério da Saúde.

Clemente: Sra. Maria Angela Melo Mendonça, inicialmente gostaria de saber como a senhora poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sra. Maria Angela Melo Mendonça: Meu colega Clemente, o que acontece, é que mesmo o salário dos aposentados de uma maneira geral se encontrando defasado, o salário dos aposentados públicos federal, ainda é um dos melhores, se comparados com os do município e

estado. Pra mim está satisfazendo minhas necessidades básicas, não é que eu queira, agora dizer que nosso salário está uma mil maravilhas, é por que poderia ser bem pior como é o caso dos aposentados do município e estado, Clemente eu tenho uma coisa comigo, e acredito se muita gente tivesse a situação financeira de muita gente poderia ser bem melhor, sabe o que é, vou lhe dizem bem direitinho. O controle do meu salário eu faço administro, assim: vamos supor que eu ganhe 600,00 reais, eu faço de conta que ganho só 450,00 reais, e em muitos meses sempre acaba sobrando um coizinha e um mês para outro. Eu acho, que se todas as pessoas fizessem assim, a situação financeira do povo brasileiro não estaria tão ruim. Por isso, acredito que o grande segredo é sempre economizar, para não faltar.

Clemente: Sra. Maria Angela Melo Mendonça, a Sra. poderia me explicar o que os governantes estão fazendo para melhorar o salário dos aposentados do setor público?

Sra. Maria Angela Melo Mendonça: Amigo Clemente, esses homens não estão fazendo nada. Não tá vendo cara, que o homem quer acabar é com o funcionalismo, juntamente com os aposentados. Se fosse por eles nós já estaríamos todos liquidados. O funcionário público, e o aposentado também podem tirar o cavalinho da chuva. Ele não vai dar nada de aumento, à ninguém. Você não viu Clemente, ele já até anunciou, que no ano de 2000 não pretende dar aumento aos funcionários e aposentados, com a desculpa de não haver dinheiro no cofre da união. Mas pra cobrir rombo de bancos e pra comprar votos,

não falta dinheiro no cofre da união. Clemente nós estamos sendo governados é por uma máfia. Não vê os assaltos, a violência, o desemprego, a fome, a miséria do povo. Isso tudo é fruto da má administração desse nosso governo. Um governo safado, que com a crise do país vive perseguindo os coitados dos aposentados indefesos que nem greve podem fazer. Ora, se nem os funcionários da ativa estão podendo fazer greve, avalie os aposentados. Ele parece que já tirou foi o fôlego de muita gente. Está todo mundo de mãos atadas sem poder fazer nada com um cara descarado desses.

Clemente: Sra. Maria Angela Melo Mendonça, o que a Sr. está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sra. Maria Angela Melo Mendonça: Foi uma das maiores cachorradas que esse peste inventou. Nem aquele desgraçado do Collor de Melo, fez tanta coisa ruim com os aposentados, como esse tal Fernando Henrique. Será que o Presidente não teria outra saída para essa crise, ou ele viu que seira a melhor maneira de arranjar dinheiro mais fácil. Às vezes, eu fico pensando, o que fez o Presidente com tanto dinheiro arrecadado, nas vendas das estatais, ninguém vê mais nem falar no dinheiro arrecadado. Não tem dinheiro que chegue nas mãos do Presidente, pois ele só vive falando na crise financeira, no tal ajuste fiscal, vive planejando para aprovar muitos projetos que só prejudicam os funcionários e aposentados. Não se vê nada de melhoria, só se vê é muito massacre e arrocho salarial. Não sei onde vai esbarrar tudo isso.

espero um dia que esse quadro mude, e a gente possa viver mais despreocupado.

Clemente: Sra. Maria Angela Melo Mendonça, a Sra. está procurando outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sra. Maria Angela Melo Mendonça: Mesmo antes de me aposentar, eu já procurava ganhar um dinheirinho extra, como você sabe Clemente, e agora continuo dando um serviço prestado, como auxiliar de enfermagem no estado. Clemente enquanto Deus me der saúde. Estarei fazendo alguma coisa de útil. E se nós pensarmos bem, não é só porque a gente se aposenta que não vamos mais fazer nada, é claro que se a gente não tiver saúde para agüentar certo tipo de atividades é melhor não executá-la. Os próprios médicos, que nos consultam, dizem que precisamos fazer exercícios físico, á claro que sem exagero, por isso eu dou conselho aos outros aposentados que se tiverem condições de saúde façam alguma coisa para se mexer, e se possível fazendo alguma coisa de útil para si, e quem sabe para ajudar seu próximo, isso é muito gratificante.

Clemente: Sra. Maria Angela Melo Mendonça, como é que a Sra., está vendo o trabalho do Presidente, Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sra. Maria Angela Melo Mendonça: Se o Presidente tivesse fazendo essa reforma, sem querer tanto prejudicar os funcionários e os aposentados até que eu iria apoiar ele também, mas como ele só faz discursos querendo convencer os deputados, os senadores, os ministros, e até mesmo a população brasileira da previdência, sem essa pauta de contribuição dos aposentados e aumento da porcentagem nos salários dos funcionários. Tenho absoluta certeza de que o presidente encontraria outra forma, era só procurar se interessar bem como o assunto. Será que não há outra saída. O presidente mostra que não tem outra saída, porque está com muito tempo que essa votação está discussão. Ora o presidente consegue apoio de uma bancada, no congresso nacional, quando consegue apoio a maioria dos deputados, vem o Supremo Tribunal Federal e manda suspender a contribuição. Ninguém entende mais o que está acontecendo. Eu sei que deve ter alguma coisa de muita seriedade envolvida, com a questão, porque se não fosse assim, a muito tempo que, o presidente Fernando Henrique já teria conseguido levar seu projeto adiante, e aprovado, de uma vez por todas, essa tão polêmica emenda constitucional que rola à anos. Vem bolando de mão em mão e não se chegam a um denominador comum. O que eu acho é que ai tem dente de coelho, você não acha Clemente?

ENTREVISTA Nº 9

Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 1999, com a senhora, Maria das Graças Marques, brasileira, natural de Fortaleza – Ceará. Aposentada do serviço público federal, como Nutricionista pelo Ex-INAMPS, atualmente vinculado ao Ministério da Saúde.

Clemente: Sra. Maria das Graças Marques, eu gostaria de saber inicialmente, como a senhora poderia me explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sra. Maria das Graças Marques: De maneira nenhuma, muitas vezes, é preciso fazer um certo jogo de cintura, para poder levar o barco pra frente. Clemente, no meu entendimento, essa questão do salário ter que dar, para satisfazer as necessidades financeiras, de cada pessoa é muito relativo. Tem aposentado que pode até ganhar um salário razoável, mas no entanto se ele tiver uma família grande, e sem ninguém para ajudar, nas despesas é claro que o salário não deverá atravessar o mês. Pode também, acontecer de ter um aposentado ganhando somente um salário mínimo com gente da família dele ajudando, então esse aposentado poderá ter até um saldo positivo no seu salário no final do mês. Tem também aqueles que o seu salário, já está devendo quase todo e também tem pessoas de situações muito delicada pois quando recebe o seu salário, já está devendo um valor superior a ele. Eu acho que tudo

isso é uma questão de situação e modo de vida que cada pessoa, principalmente os aposentados têm uns diferentes aos do outro. Sorte para aqueles que estão em melhores condições, e azar para aqueles que, em pior condições financeiras.

Clemente: A Sra. poderia me explicar o que os governantes estão fazendo para melhorar o salário dos aposentados no setor público?

Maria das Graças Marques: Eu acho que enquanto esse presidente estiver no poder da Presidência da República, ele não vai fazer nada, e também não vai procurar aumentar o salário nem de servidor, avalie de aposentado. A grande questão problemática que ocorre na política de Fernando Henrique, é que ele só pensa em satisfazer os mandados do FMI, e como o FMI não prioriza as questões sociais, como é que o presidente vai poder melhorar o salário de ninguém. Você não vê colega Clemente a ordem é reduzir, no máximo as despesas, principalmente, as despesas realizadas na área de seguridade social. Meu amigo Clemente o que é que esse homem fez ou está fazendo para com o dinheiro das privatizações de todas repartições estatais. Outra coisa, esse imposto que ele tira diretamente do bolso de quem tem uma conta bancária, o chamado CPMF, que era ser para destinado para ser investido na área da saúde, ninguém sabe para onde está indo. Só pode estar indo mesmo é para o bolso desse horror de políticos que comandam o nosso país. Não tem outra expiração, o certo seria o governo procurar dar mais uma satisfação ao povo brasileiro, a respeito do dinheiro que é arrecadado com tanto impostos existentes no país.

Clemente: Sra. Maria das Graças Marques o que a senhora está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sra. Maria das Graças Marques: Posso ver uma coisa dessas, como uma das maiores injustiças ocorridas, no Governo atual. É uma injustiça muito grande que esse homem quer fazer tanto com o funcionalismo como também com o pobre do aposentado. Quando você assume um emprego, você passa a contribuir, mensalmente com uma certa quantia, para obter no futuro uma aposentadoria, e quando você vai continuar pagando porque? O país está entregue ao estrangeiro, eu acho que esse presidente está mais perdido do que bala em tiroteio, parece que quanto mais tempo ele passar, no poder mais o país ficará submisso as ordens do FMI. O que a população de um modo geral: Aposentados, funcionários públicos, civis e militares, funcionários da iniciativa privada todos deveriam se angajar e procurar um meio, de mostrar para esse presidente que ele não é dono do país, apenas ele está administrando.

Clemente: Sra. Maria das Graças Marques, a Sra. está procurando outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sra. Maria das Graças Marques: Antes mesmo de me aposentar, eu já pensava muito nisso. Porque, primeiramente meu marido ganha muito

pouco, e também tem três filhos estando em colégio particular, e você sabe Clemente, como é colégio particular, se você quiser colocar o seu filho, em um colégio melhor vai ter de desembolsar, até um dinheirinho bom. A presença da carístia das mercadorias é vista a olho nu. Está tudo ficando caro, só o nosso salário é que não aumenta, pelo contrário esta cada vez menor. O presidente não está só acabando com a classe pobre. Ele está mexendo com quase toda classe: a dos trabalhadores que ganha salário mínimo; a classe média que ganha acima de 10 salários; a classe dos servidores públicos; a classe dos aposentados, enfim tem muita gente sendo prejudicada com a política desse governo. Há também a classe de comerciantes, lojistas que também não estão satisfeitos com essa política arrasadora. Ora se, até mesmo os servidores públicos, militares já entraram na lista dos perseguidos pelo governo. Mas é claro que só policiais de nível baixo estão entrando nesta lista porque os grandões como coronéis, major e generais todos são beneficiados de alguma maneira, por que eles é quem são os cabeças da situação, e se eles não estiverem numa situação, e se eles não estiverem numa situação que esteja satisfazendo suas necessidades não iria ficar muito bom para o nosso querido presidente da Republica.

Clemente: Sra. Maria das Graças Marques como é que a Sra. está vendo o trabalho do presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdência social?

Sra. Maria das Graças Marques: Meu colega Clemente, creio que já manifestei muito minha indignação com a política do presidente, mas como cada vez mais ele vive arranjando projetos para prejudicar os servidores públicos e os aposentados. Eu acho que toda crítica em cima da política desse homem é pouca, o trabalho do presidente, Fernando Henrique Cardoso, com essa reforma da previdência é um trabalho de extermínio. Eu digo extermínio porque a reforma da previdência vem com algumas emendas que só servem para cortar muitos direitos sociais conquistados, tanto pelos servidores públicos como pelos aposentados. A palavra reforma para o presidente significa acabar, e acabar com tudo que é de melhor para a população, principalmente do trabalhador brasileiro. Outra coisa, a destruição está muito claro, é só agente assistir um pouco de televisão, ouvir programas de rádio e também ler qualquer jornal de circulação, vamos ver que toda mudança proposta pelo presidente se converte, em redução de gastos e principalmente em gastos públicos que envolvem projetos e salários de funcionários e de aposentados. Está aí a principal prova: a contribuição previdenciária, para os aposentados e o aumento da alíquota para os funcionários da ativa. Você meu amigo Clemente, quer uma prova maior, do que esse homem quer é acabar com os servidores e aposentados públicos, prova maior do que essa você não vai ter.

ENTREVISTA Nº 10

Entrevista realizada, no dia 12 de dezembro de 1999, com o senhor, José Carlos Bandeira, Brasileiro, Natural de Fortaleza – Ceará, Aposentado no Serviço Público Federal pelo INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL).

Clemente: Senhor, José Carlos Bandeira, eu gostaria de saber, inicialmente, como o senhor poderia explicar, em que condições a sua remuneração percebida, estaria satisfazendo as suas necessidades básicas de sobrevivência?

Sr, José Carlos Bandeira: dificilmente podemos encontrar encontra, alguma pessoa aposentada dizendo que o salário esta satisfazendo as nossas necessidades financeiras. Só se vê, é gente chorando e reclamando o tempo todo da vida. É muito difícil, ultimamente eu encontrar uma pessoa falando maravilhas de seu salário, às vezes, veio que a pessoa sem ótima condição financeira, mas o choro é freqüente dizendo que tudo está caro, e que o dinheiro não dá mais prá nada. Tem gente que eu conheço que vive chorando miséria só prá não ajudar sua família. Você vai num supermercado desse e só vê as pessoas comentando do alto preço das mercadorias. Eu particularmente, graças a Deus sei administrar o salário percebido. O controle das contas, a economia dentro de casa com água, luz, gás e outras coisas é muito importante para que o salário possa satisfazer as necessidades básicas. Eu não gosto de comprar fiado, esse negocio de comprar fiado é que

lasca muita gente, e tem gente que já tem é mania feia de comprar fiado. Eu sei que a situação econômica do povo brasileiro não vai nada bem, só em agente ver esse nosso salário congelado, podemos ver que a administração do país não vai nada bem. Vendo toda essa situação, e sem condições de fazer muita coisa para muda-la, não resta uma outra alternativa, do que economizar em tudo que podemos, só assim as coisas não vão ficar tão preta como estão.

Clemente: Sr, Bandeira, o Sr poderia me explicar o que os governantes esta fazendo para melhorar o salário dos aposentados do serviço público?

Sr. José Carlos Bandeira: a política governamental para melhoria de salários dos aposentados está cada vez mais ruim. Eu não vejo nada ser feito para melhorar os vencimentos, não só dos aposentado, mas de diversa categoria de trabalhador que esteja satisfeita com o salário. Os bancários, funcionários e aposentados públicos, ferroviários, policiais civis e militares, e uma outra imensidão de categorias, todas elas reconhecendo o grande rombo em seu salário, devido a política desse homem,. E o que muita gente já sabe é que ele, em seu governo ainda não deu nenhum tostão de aumento, e não está pensando em dar tão cedo. Só o que o presidente pensa é quem segura o valor do real. Por causa desse real é que tem muita gente prejudicada. Nunca se viu tanta gente desempregada, não é moleza, e comércios fechados. Um dia desse fiquei, extremamente, confuso com a notícia do fechamento das lojas paraíso, aqui em Fortaleza. É por essa, e por muitas outras coisas

que estão acontecendo que vemos como essa política de FHC não vai boa das pernas.

Clemente: Sr. José Carlos Bandeira, o que o Sr. está achando da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria?

Sr. José Carlos Bandeira: vejo como uma extrema crueldade desse governo. Acho desnecessária, pois já que pagamos por tantos anos e ganhamos o direito de depois nos aposentarmos, não vejo nenhuma necessidade dessa cobrança. Esse governo está totalmente perdido, sem mais saber o que fazer. Um homem desse podendo dar graças a Deus, em está novamente no poder da presidência e agradecer o povo brasileiro com políticas de amparo social, fica é ai querendo acabar com todos os direitos sociais do povo brasileiro, pois do jeito que ele está fazendo, a sociedade brasileira vai criar um verdadeiro pavor com ele. Se o presidente não colocar os pés no chão, ele vai acabar se dando mal. Eu acho que ele está muito confiante, que o povo brasileiro é um povo bonzinho, mas ele não vá se confiando muito não, ainda mais quando ele mexe nos militares, e como ele quer cobrar contribuição previdenciária até dos aposentados militares. Ele precisa tomar muito cuidado e andar com muitas seguranças, por que do jeito que vai qualquer hora a coisa pode mudar.

Clemente: Sr. José Carlos Bandeira, o Sr. procura outra maneira de ganhar mais algum dinheiro, para uma maior participação no sustento de sua família?

Sr. José Carlos Bandeira: Só o que vivo pensando é em qualquer oportunidade surgida, procurar outros meios de ganhar algum dinheiro extra, pois o meu salário, não está mais dando para sustentar minha família. Isso é o que todos os aposentados, com saúde para trabalhar, estão fazendo. Conheço muitos colegas meus que vivem prestando serviço extra. Serviços de toda forma. O negócio do aposentado é ganhar mais um dinheiro para ver se dá para atravessar o mês mais folgado. Já tem é empresa atrás de contratar gente aposentado, pois essas pessoas dentro de uma firma, não dão prejuízo com direitos sociais, pois essas empresas não precisam assinar mais a carteira profissional do aposentado. Vejo isso como um lado positivo para o aposentado. Mas o que na realidade acontece, é que essa política acaba ajudando no índice de aumento no desemprego. Por tudo isso agente percebe como está complicada a política empregaticia no país. Está uma coisa seríssima.

Clemente: Sr. José Carlos Bandeira, como é que o senhor, está vendo o trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua política de reforma, na previdências social?

Sr. José Carlos Bandeira: Para começar, vejo que está bastante prejudicial tanto para o trabalhador do serviço público, na ativa como também para os aposentados públicos, e também parece, eu não sei bem direito mais vai mexer muito também com o aposentado da iniciativa privada. Parece que o Presidente quer mexer é com tudo mesmo, e o pior é que vai mexer para diminuir salários, ou seja, mexer para sacrificar categorias que já vivem, tanto tempo sofrendo. Esse Presidente é um cara de pau, vai para a televisão com aquela cara cínica dele, e diz que está tudo sobre controle que ninguém precisa ficar preocupado. Ele é um tremendo cara de pau. Durante minha vida, olha que não sou mais novo, só de trabalho são 35 anos. Eu nunca vi um Presidente desmanchar tudo de bom que os presidentes anteriores fizeram de bom. Eu às vezes, fico pensando cadê as promessas do Presidente dizendo que o país ia crescer, que haveria muitos empregos. Ele conseguiu uma coisa, barrar a inflação mas a consequência foi trágica. O país está entregue ao estrangeiro, você não vê a Clemente, está abertamente comprovado, a entrega do país às ordens estrangeiras. Digo isso, porque outro dia, eu estava lendo o jornal e vi um anúncio do tipo: O FMI quer que o presidente não conceda aumento aos funcionários e aposentados do setor público. Isso não é um absurdo para nosso país! Ou não.

QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO
SÓCIO-ECONÔMICA DOS APOSENTADOS DO SETOR
PÚBLICO NO BRASIL, EM 1999.

01 – Grau de satisfação pelo valor da remuneração percebida ?

- A-Ótimo
- B-Bom
- C-Regular
- D-Ruim

02 – Qual a sua remuneração mensal ?

- A-0 a 3 salários mínimos
- B-3 a 6 salários mínimos
- C-7 a 10 salários mínimos
- D-acima de 10 salários mínimos

03 – Em que grau você participa do sustento de sua família ?

- A-Sustenta 100%
- B-Sustenta parcialmente
- C-Depende de outros para seu sustento

04 – Você conhece as associações de aposentados existentes em sua comunidade ?

- A-Participa ativamente, é engajado
- B-Ouviu falar mas não participa
- C-Nunca ouviu falar
- D-Não considera importante

05 – Como você avalia a Reforma da Previdência para o aposentado ?

- A-Ótimo
- B-Bom
- C-Regular
- D-Ruim

06 – O que você acha da cobrança de contribuição previdenciária, mesmo após a aposentadoria ?

- A-Correto, bom para o país.
- B-Injusto para o aposentado
- C-Explique

sua resposta:

.....
.....
.....

07 – Você sabe o que é Previdência Social ?

.....
.....
.....

08 – Você conhece sua situação, após a Reforma Previdenciária ?

.....
.....

09 – Como você avalia o Governo FHC ?

- A-Ótimo
 - B-Bom
 - C-Regular
 - D-Ruim
- Justifique:

.....
.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Prata de; Previdência Social: Diagnóstico e Propostas. Belo Horizonte – Minas Gerais – Julho de 1995

BOLETIM INFORMATIVO DO SINPRECE. Sindicato dos Previdenciários do Estado do Ceará – Estudo do Sistema Previdenciário dos Servidores Aposentados e Pensionistas. Fortaleza – Ceará. Outubro de 1999– nº 17.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINTSEF. Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará – Votação da Reforma Previdenciária – Janeiro de 1999 – nº 7.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social – Carta do MPAS. Brasília V.4 – Fevereiro de 1995.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Reforma da Previdência – Brasília – 1995.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social – Aposentadoria e Distribuição de Renda no Brasil – CEPAL - 1996.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado: A reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira. Brasília – janeiro de 1995.

BRASIL. Ministério da Previdência Social – O Que é o Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Brasília – Maio de 1994.

CARTAXO, Ana Maria Baima, Estratégias de Sobrevivência: A Previdência e o Serviço Social. ED. Cortez – SP –1995.

CARTILHA: “Reforma da Previdência” Responsabilidade da Coordenação de Formação Política do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Ceará, Jornalista Responsável, Demétrio de Andrade – For – CE –1999.

CARTILHA: “A Previdência Social”: Após aprovação da Emenda Constitucional n^o 20. José Pimentel – 3^a Edição - Brasília –1999.

CRETELLA, Jr. José; Constituição Brasileira de 1988 – Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro – 1989.

DIÁRIO DO NORDESTE – Caderno de Economia - Fort – CE –21/01/99.

FIGUEIREDO, Wilma de M. (Coor). Cidadão, estado e políticos sociais no Brasil Contemporâneo. Ed. Universitária de Brasília. Brasília (DF), 1986.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: A política Social Brasileira, 1930 – 64: a Evolução Institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983, 331p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota; O Cidadão e o Estado. Edições UFC. For – CE – 1994.

MARSHALL, T. H – Política Social – Biblioteca de Ciências Sociais – Zahar Editores – Rio de Janeiro/77 reg.134.

OLIVEIRA, Francisco – Além da Transição, Aquém da imaginação. Novos Estudos – CEBRAP. São Paulo, ED. Brasileira de Ciências – 1995.

PIMENTEL, José; Problemas da Previdência. Comitê PT – 1995.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da; Previdência Social: Um direito conquistado – resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças. Maranhão: Sindicato dos Trabalhadores em saúde e previdência social– 1995.

SOARES, Natalício; Organização Social e Política do Brasil. Editora BNL – Bolsa Nacional do Livro Ltda., Curitiba – PR, 1981.

STEPHANES, Reinhold; Reforma da Previdência sem Segredos – Editora Record, Rio de Janeiro – 1998.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza; Reforma administrativa na era Vargas – Editora Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – 1983.